



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 153/2015 (Autoria do Deputado Tadeu Veneri)

Instituição do Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua, a ser celebrado anualmente em 19 de agosto.

Art. 1º Institui o Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua, a ser celebrado anualmente em 19 de agosto.

Parágrafo único. A data visa incentivar a defesa dos direitos humanos e da dignidade da população de rua e será dedicada à reflexão coletiva a respeito da importância de se conhecer a situação de risco pessoal e social em que vivem essas pessoas e as violações dos direitos humanos as quais estão expostas.

Art. 2º O dia ora instituído passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator
Prof. F. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 364/2015
(Autoria do Deputado Fernando Scanavaca)

Alteração do objeto constante no anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014.

Art. 1º Altera o objeto constante no anexo XI, com protocolo de nº 841, de iniciativa do Poder Legislativo, do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409, de 29 de dezembro de 2014, que passará a figurar com a seguinte descrição: projeto/atividade 4305 – Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte, Construção de Rodovias Estaduais e/ou Municipais, objeto: 2546. Destinatário: realização das obras e prestação de serviços para duplicação, operação, conservação e implantação de melhorias do corredor da PR-323 entre os Municípios de Maringá e Francisco Alves – Programa de Parceria Público Privada – PPP.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a proceder às alterações orçamentárias na Lei nº 18.409, de 2014, em decorrência do contido nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2015.

FIAS

Hussini

ALEXANDRE CURI
Presidente

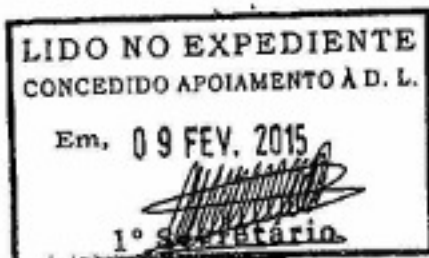
Relator

Autor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº: 98/15

Denomina trecho de Rodovia
conforme especifica.

Art. 1º - Denomina Rodovia "Prefeito Gentil Scalco", o trecho da PR 496 compreendido entre as cidades de Pérola e Altônia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2015.


Deputado MARCIO NUNES

JUSTIFICATIVA:

Gentil Scalco nasceu em 30/01/1948, na cidade de Machado, Minas Gerais. E faleceu em 18/05/2002, na cidade de Pérola, Paraná. Foi Prefeito de Pérola por duas gestões entre 1983 e 1988 a 1993 a 1996. Sem dúvida foi um dos grandes administradores que a cidade teve durante suas gestões. Gentil Scalco iniciou as obras de construção do Hospital Municipal, construiu a Rodoviária e o Centro de Convivência.

Gentil Scalco faleceu aos 54 anos e deixou a esposa e 5 filhos, além de um grande legado, queremos aqui prestar uma singela homenagem a este grande homem.

*Requerimento dos Vereadores e Fotos em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2015

Projeto de Lei nº 98/2015
Autor: Deputado Estadual Marcio Nunes

Súmula: Denomina trecho de Rodovia conforme especifica.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE
DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER
DO DER/PR INFORMANDO QUE A RODOVIA A
SER DENOMINADA NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Marcio Nunes, tem por objetivo denominar de Rodovia "Prefeito Gentil Scalco", o trecho da PR 496, compreendido entre as cidades de Pérola e Altônia, no Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

No entanto, concluindo a análise, a fim de dar melhor técnica legislativa ao projeto sugere-se uma emenda substitutiva geral nos termos do regimento interno, artigos 137, § 2º.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

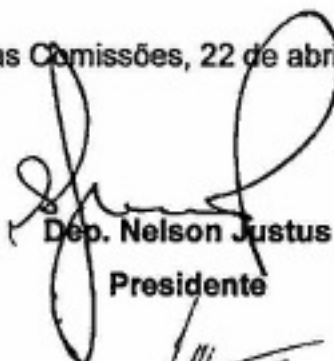
§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda contém todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.


Dep. Nelson Justus
Presidente


Dep. Guto Silva
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
22.04.15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 98/2015

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 98/2015, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA – Denomina Rodovia Prefeito Gentil Scalco o trecho da PR 496 entre os municípios de Pérola e Altônia.

Art. 1º - Fica denominado de Rodovia Prefeito Gentil Scalco, o trecho da PR-496 localizado entre as cidades de Pérola e Altônia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

FERNANDO SCANAVACA

TIAGO AMARAL

Dep. Nelson Justus
Presidente

Dep. Guto Silva
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

22.04.15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2015

Projeto de Lei nº. 098/2015

Autor: Deputado Estadual Marcio Nunes.

Súmula: Denomina trecho de Rodovia conforme específica..

**EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AFERIDA.
PARACER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Estadual Marcio Nunes, pretende denominar de "Prefeito Gentil Scalco" o trecho localizado na PR- 496, entre as cidades de Pérola e Altônia, no Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, concernente a denominação de logradouros públicos estaduais, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o disposto no artigo 238 da Constituição Estadual:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



A *contrario sensu* do que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, não existem óbices ao regular processamento legislativo em questão, eis que o Viaduto que se pretende denominar não se encontra ainda nominado, bem como não se trata de prestigiar pessoa viva.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, desde que o projeto de Lei seja aprovado com sua emenda, não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Dep. Estadual PAULO LITRO
RELATOR

Dep. Estadual TIAO MEDEIROS
PRESIDENTE



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 243/2015

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, do imóvel constituído pela quadra de terreno entre as Praças Rio Branco e João Gualberto, no Município de Castro, constituído por área de 4.963,00 m², com edificação de 1.031,00 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 986, do Registro de Imóveis da Comarca de Castro.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao funcionamento do Centro Cultural Dr. Vicente Machado, da administração municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º O cessionário deverá iniciar as obras de readequação do edifício dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão.

Art. 4º A presente cessão terá vigência de vinte e cinco anos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 012/2015

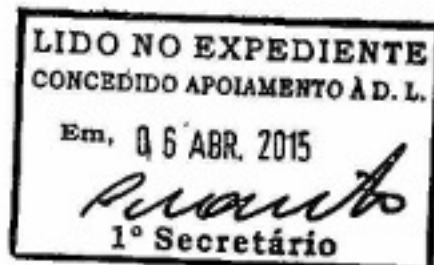
Curitiba, 31 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DAP para providências.

Em, 06/04/15

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Castro, do imóvel constituído pela quadra de terreno entre as Praças Rio Branco e João Gualberto, no Município de Castro, constituído por área de 4.963,00 m², com edificação de 1.031,00 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 986, do Registro de Imóveis da Comarca de Castro.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, ao funcionamento do Centro Cultural Dr. Vicente Machado, da administração municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência pelo prazo de vinte e cinco anos e que o cessionário deverá iniciar as obras de readequação do edifício dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática da referida cessão de uso.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.105.377-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:43 06/04/2015 001548 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 243 /2015

Projeto de Lei nº. 243 /2015 - Mensagem nº: 012/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Castro.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CASTRO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 012/2015, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Castro, do imóvel constituído pela quadra de terreno entre as praças Rio Branco e João Gualberto, no município de Castro, constituído por área de 4.963,00 m², com edificação de 1.031,00 m², de acordo com a Transcrição das Transmissões nº 986, do registro de Imóveis da Comarca de Castro.

A cessão de uso será exclusivamente destinada ao funcionamento do Centro Cultural Dr. Vicente Machado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Todavia, cabe analisar a possibilidade da cessão de uso sem os trâmites necessários para realização de licitação pública. Vejamos, então, o que o Art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Ainda nessa linha de raciocínio, verifica-se presente a cláusula revogando automaticamente a cessão de uso em caso de utilização diversa, conforme artigo 2º, do referido Projeto de Lei, dando exclusividade ao funcionamento do Centro Cultural Dr. Vicente Machado, conforme ditames da Lei de Licitações, no seu art. 17, anteriormente citado, §1º, senão vejamos:

§1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2015.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. FERNANDO SCANAVACA
Relator

Dep. Wilson Fuzze

Dep. Cleideia

Dep. Romualdo

Dep. Fúto

Dep. Franchini

Dep. Cali

APROVADO
08.04.15

Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 243/15

Projeto de Lei nº. 243/2015

Autor: Poder Executivo

Súmula: Mensagem nº 12/2015 – Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Cessão de Uso do Imóvel que Especifica ao Município de Castro.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL O MUNICÍPIO DE CASTRO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CESSÃO. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 12/2015, que dispõe sobre a cessão de uso de imóvel que especifica ao Município de Castro, anteriormente à submissão à presente Comissão de Obras foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 08 de março de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever uso de bem público e sua cessão, necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 10, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a alienação e cessão dos bens pertencentes ao Estado:

Art. 10. *Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Parágrafo único. *A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a pretendida cessão de uso, desde que atendidos os requisitos legais para tanto.

No mérito, da análise do presente projeto de Lei, recomenda-se apenas, para dar cumprimento aos requisitos legais, a anexação, antes de sua aprovação, da matrícula do imóvel ou outro documento hábil que comprove a propriedade e descrição do imóvel contido na mensagem de lei.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa, desde que atendida a solicitação retro.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.


Dep. Estadual MARCIO PAULIKI

RELATOR


Dep. Estadual TIÃO MEDEIROS

PRESIDENTE


Rogério F. de Azevedo

Felipe Fontes

Wilson Roldão

Pastor JBS



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

421/2015

Altera, na forma que especifica, a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos de 2015 e 2016, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Institui o dia 1º de janeiro de cada ano, a partir da data de publicação desta Lei, para a revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. A revisão geral anual de que trata o *caput* deste artigo fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita do Estado e a observância das disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para o ano de 2015, a revisão geral a que se refere o art. 1º desta Lei será de 3,45% (três vírgula quarenta e cinco por cento), equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de maio de 2014 e dezembro de 2014.

Parágrafo único. O índice geral a que se refere o *caput* deste artigo será implementado em três parcelas não cumulativas e não retroativas, observada a seguinte razão:

- I – 1,15 ponto percentual, a partir de 1º de setembro de 2015;
- II – 1,15 ponto percentual, a partir de 1º de outubro de 2015;
- III – 1,15 ponto percentual, a partir de 1º de novembro de 2015.

Art. 3º Para o ano de 2016, a revisão geral a que se refere o art. 1º desta Lei será implantada, pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de janeiro de 2015 e dezembro de 2015.

Art. 4º Os índices de revisão referidos nos artigos 2º e 3º desta Lei aplicam-se:

- I - aos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Cíveis e Militar;
- II - à Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER;
- III - aos Contratos de Regime Especial – CRES;
- IV - aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho;
- V - aos servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho;
- VI – ao vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão;
- VII – às Funções de Gestão Pública, reguladas pela Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013;
- VIII – às Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica, reguladas pela Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009;
- IX – à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012;
- X - à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011;
- XI – à Função Privativa Policial – FPP, regulada pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012;
- XII – à Função Comissionada de Confiança do IAPAR – FCCI, regulada pelo art. 43 da Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014;
- XIII – às quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010;
- XIV – à gratificação pelo exercício de Encargos Especiais, regulada pelo Decreto nº 3.828, de 19 de novembro de 2008 e alterações;
- XV – à função comissionada de confiança e demais gratificações previstas na Lei nº 18.467, de 27 de abril de 2015;

XVI - ao auxílio transporte regulado pelo art. 24, da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008; e

XVII – às gratificações previstas:

- a) nos incisos I, II, IV, V e VI do art. 18 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002;
- b) nos incisos I e II do art. 13 da Lei nº 17.026, de 2011;
- c) na Lei nº 17.358, de 27 de novembro de 2012;
- d) no inciso IV e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997;
- e) na Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012.
- f) no art. 37 da Lei nº 18.005, de 2014; e
- g) no inciso IV do art. 4º da Lei nº 18.136, de 03 de julho de 2014.

Art. 5º Concede parcela complementar de vencimento aos servidores efetivos, aos contratados pelo regime especial – CRES, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de quarenta horas semanais, que percebam valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná - Grupo Ocupacional I.

§ 1º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* deste artigo, será igual a diferença entre o valor do vencimento básico do servidor e o valor estabelecido para o Grupo Ocupacional I do Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

§ 2º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no *caput* não servirá de base para cálculos de vantagens vinculadas ao vencimento base, não integrará a base de cálculo da remuneração para fins de concessão de auxílio-transporte e auxílio-alimentação e não comporá base contributiva para a inatividade.

Art. 6º Para fins de cálculo da remuneração devida aos servidores enquadrados nos Níveis denominados Especial I, Especial II e Especial III da Carreira de Professor e dos Professores do Quadro Único de Pessoal – QUP deverá ser considerado o maior entre os seguintes valores como vencimento:

I - os constantes na tabela salarial vigente, conforme a situação do servidor; ou



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - o valor do piso salarial profissional nacional do magistério público, conforme estabelecido no art. 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, observada a carga horária correspondente.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no *caput* deste artigo não produzirá efeitos financeiros sobre os demais Níveis e Classes das tabelas salariais.

Art. 7º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 8º Os índices referidos nos arts. 2º e 3º desta Lei não se aplicam às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica, e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 9º Os índices estabelecidos nos arts. 2º e 3º desta Lei não se aplicam para a carreira de Procurador do Estado.

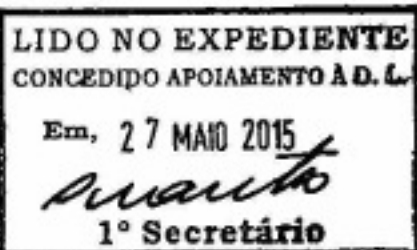
Art. 10. A parcela complementar de vencimento prevista no art. 5º desta Lei será implantada em parcela única na folha de pagamento do mês de junho, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de maio de 2015.

Art. 11. O disposto no art. 6º desta Lei terá efeitos financeiros a partir do dia 1º de janeiro de 2015.

Art. 12. A aplicação e implementação em folha de pagamento dos índices fixados nos arts. 2º e 3º desta Lei, bem como a concessão da parcela complementar de vencimento referida no art. 5º desta Lei, observará os mesmos critérios e condições estabelecidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revoga o art. 7º da Lei nº 15.512, de 31 de maio de 2007.



MENSAGEM
Nº 026/2015

Curitiba, 27 de maio de 2015.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que altera a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos de 2015 e 2016, o índice geral de revisão da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual.

A partir da publicação da Lei, a data base para a revisão geral anual dos servidores passará a ser o dia 1º de janeiro. A revisão geral para o ano de 2015 será em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de maio de 2014 e dezembro de 2014, e será implantada em três parcelas, não cumulativas e não retroativas, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2015. A revisão geral referente ao ano de 2016, a ser implantada na nova data base, será em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de janeiro de 2015 e dezembro de 2015.

A justificativa de encaminhamento do presente Anteprojeto de Lei é a observância do disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual, bem como para atendimento ao que reza os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, quanto ao atendimento dos limites da despesa *versus* receita.

Serão abrangidos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Civis e Militar, da Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER, os Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Trabalho, os servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, as Gratificações previstas nas Leis nº 13.666/2002, art. 18, incisos I, II, IV, V e VI, nº 17.026/2011, art. 13, incisos I e II, nº 18.136/2014, art. 4º, inciso IV, nº 17.358/2012, nº 11.713/1997, art. 29, §§ 2º, 3º e 4º, nº 17.430/2012 e nº 18.005/2014, art. 37, o vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão, as Funções de Gestão Pública – Lei nº 17.744/2013, as Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica – Lei nº 16.372/2009, a Função Comissionada de Confiança – FCC – Lei nº 17.026/2011, a Função Privativa Policial – FPP – Lei nº 17.172/2012, as Funções Comissionadas de Confiança – FCCI – Lei nº 18.005/2014, a função comissionada de confiança e demais gratificações previstas na Lei nº 18.467/2015, ao auxílio transporte regulado pelo art. 24, da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, as quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131 de 29 de setembro de 2010 e os Encargos Especiais - Decreto nº 3.828/2008 e alterações.

Os servidores da carreira de Procurador do Estado não estão contemplados com o índice de revisão geral proposto para o ano de 2015, pois contam com tabela salarial própria, prevista nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 161/2013.

O Anteprojeto de Lei concede, também, parcela complementar de vencimento aos servidores com carga horária de 40 horas semanais, que percebem valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná. A parcela complementar será implantada em parcela única na folha de pagamento do mês de junho, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de maio de 2015, em atenção à Lei nº 18.059/2014 e ao Decreto nº 1.198/2015.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 17744 - 30 de Outubro de 2013

Publicado no Diário Oficial nº. 9076 de 30 de Outubro de 2013

Súmula: Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam extintos um mil cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Executivo, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica instituída a Função de Gestão Pública – FG, que se destina às atribuições de direção, de chefia e de assessoramento, com símbolo e remuneração constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A Função de que trata o caput será exercida exclusivamente por servidores titulares de cargo de provimento efetivo.

Art. 3º As Funções de Gestão Pública ficam criadas no quantitativo equivalente aos cargos em comissão extintos pelo art. 1º, existentes na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de provimento em comissão e a função de gestão pública correspondem a mesma atribuição na estrutura organizacional e não poderão ser preenchidos, ocupados ou exercidos concomitantemente.

Art. 4º A designação para o exercício da Função de Gestão Pública será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º As Funções de Gestão Pública serão submetidas ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva e são incompatíveis com:

- I - o exercício de cargo de provimento em comissão;
- II - a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF; e
- III - outras vantagens de mesma natureza.

Art. 6º A designação para o exercício de Função de Gestão Pública independe da lotação do servidor.

Art. 7º A Função de Gestão Pública incidirá no cálculo da remuneração de férias e décimo terceiro salário.

Art. 8º A Função de Gestão Pública não é incorporável à remuneração do cargo de provimento efetivo, não integrará os proventos de aposentadoria, não será computada para fins de acréscimos ulteriores, bem como não servirá de base de cálculo para a concessão de outras vantagens



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 9º Será devida a remuneração pelo exercício da Função de Gestão Pública, assim como a remuneração de cargo de provimento em comissão em caso de substituição do titular decorrente de gozo de férias e afastamentos legais, exclusivamente para as atribuições de direção e de chefia.

Art. 10. A denominação ou nomenclatura e a vinculação das funções de gestão pública e dos cargos de provimento em comissão à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, poderão ser alteradas, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia manifestação formal da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

Art. 11. A função de que trata esta Lei será reajustada no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os cargos de provimento em comissão.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 13. Ficam extintas ao vagar as funções gratificadas previstas nos artigos 15 a 17 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como as gratificações de chefia, previstas no artigo 5º, do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993, ao deixarem de ser percebidas pelos atuais beneficiários.

Art. 14. As disposições desta Lei serão implementadas se comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento de forma conjunta de todas as suas disposições, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 30 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 16372 - 30 de Dezembro de 2009

Publicado no Diário Oficial nº 8129 de 30 de Dezembro de 2009

(vide Lei 17068 de 23/01/2012)

Súmula: Estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º. Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º. A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do Anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 3º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 1º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

§ 3º. O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º. É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da Instituição.

Art. 4º. A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-extras.

Art. 5º. Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º. As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o *caput* deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.
(Incluído pela Lei 17068 de 23/01/2012)

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticados pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior — IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior — AEES ficarão extintos~~



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

em 31 de dezembro de 2010.

(Redação dada pela Lei 16478 de 26/04/2010)

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2011.

(Redação dada pela Lei 16664 de 14/12/2010)

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.

(Redação dada pela Lei 17068 de 23/01/2012)

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.

(Redação dada pela Lei 17804 de 27/12/2013)

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2016.

(Redação dada pela Lei 18387 de 18/12/2014)

Parágrafo único. Os atuais cargos a que se refere o "caput" deste artigo, não implicarão em despesas orçamentárias adicionais.

(Incluído pela Lei 16664 de 14/12/2010)

Art. 8º. Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º. A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

Art. 11. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2009.

Roberto Requão
Governador do Estado

Lygia Lumina Pupatto
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Maria Cecília Michelotto Centa do Amaral
Chefe da Casa Civil, em exercício





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 17026 - 20 de Dezembro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8613 de 20 de Dezembro de 2011

Súmula: Cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É criada a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

§ 1º. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuará no território do Estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas descentralizadas.

§ 2º. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Parágrafo único Constitui, também, finalidade da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, o exercício das funções de entidade que estabelecerá e fiscalizará o cumprimento das ações, dos procedimentos, das proibições e das imposições que importem à defesa sanitária animal e vegetal, à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e à qualidade dos insumos destinados à produção e uso agropecuários, a critério das autoridades técnicas.

Art. 3º. Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade intrínseca e extrínseca dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II - promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III - fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e vegetais e de produtos e insumos agropecuários;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

IV - estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias primas, insumos agropecuários de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V - instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI - credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII - implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária - REIDA, para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII - acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária - SEDA;

IX - celebrar, nas condições que estabelecer, termos de compromissos e ajustes de conduta e fiscalizar o cumprimento;

X - promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária;

XI - apurar e punir infrações à legislação das relações de consumo no âmbito de suas finalidades.

Parágrafo único As ações e os procedimentos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários são considerados de interesse público.

Art. 4º. Para cumprir suas competências, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades, dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores serão propostos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, e afixados por Decreto do Poder Executivo Estadual;

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

V - contratar a aquisição de bens, obras e serviços comuns.

Art. 5º. A organização básica da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituída por:

I - Conselho de Administração;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



II - Diretor Presidente;

III - Diretores Auxiliares.

Art. 6º. O patrimônio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituído por:

I - bens e direitos que lhe forem conferidos pelo Estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - outros bens, não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único No caso de extinção da autarquia, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou da entidade que a suceder.

Art. 7º. Constituem receitas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - as dotações orçamentárias e os créditos especiais adicionais originários do Tesouro do Estado;

II - as transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

III - as receitas provenientes ou decorrentes da prestação de serviços, na forma prevista em decreto;

IV - os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - as subvenções, as doações, os legados e as contribuições de pessoas de direito público ou privado nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI - as receitas da aplicação de recursos financeiros;

VII - o produto da venda de publicações técnicas;

VIII - as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;

IX - os recursos oriundos da exploração e alienação de bens patrimoniais;

X - as taxas e multas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

XI - o produto da alienação de bens utilizados na prática de infrações à legislação de defesa agropecuária e inspeção sanitária;

XII - os bens apreendidos nas fiscalizações e incorporados ao patrimônio por decisão judicial;

XIII - os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

XIV - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 8º. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Assistente Agropecuário e cargos de provimento em comissão.

Art. 9º. São criados 600 (seiscentos) cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 (seiscentos) cargos de Assistente Agropecuário.

Art. 10. São criados os seguintes cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - 1 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;

II - 2 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

III - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4

IV - 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

V - 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

VI - 12 (doze) cargos de Gerente, símbolo 1 C.

Art. 11. É criada a Função Comissionada de Confiança - FCC, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, exclusiva a servidores que desempenham suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e que, cumulativamente, exerçam as atribuições de Coordenação de Área ou de Supervisão Regional, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. O servidor da Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e o Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, distinguidos Fiscais de Defesa Agropecuária, no desempenho de suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, têm assegurado livre acesso à documentação e aos locais onde se processam, em qualquer fase, a produção, a industrialização, o beneficiamento, o comércio, a guarda, o depósito, o uso, o transporte de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, de insumos agropecuários e de quaisquer outros bens capazes de expor a risco a sanidade agropecuária.

Art. 13. Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização de Defesa Agropecuária - DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, conforme o Anexo II desta Lei:

I - Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária - AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II - Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária - AAFM: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Execução, funções de Técnico de Manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, relativa ao caráter penoso, perigo, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

Parágrafo único Os adicionais de Atividade de Fiscalização Agropecuária e Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária sofrerão reajuste ou aumento no mesmo percentual previsto na Lei de revisão Geral Anual.

Art. 14. Os recursos financeiros provenientes das ações de que trata a presente Lei recolhidos ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951, serão anualmente revertidos à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Art. 15. O Poder Executivo é autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 17172 - 24 de Maio de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8721 de 25 de Maio de 2012

Súmula: Estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criada a Função Privativa-Policial – FPP para o exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica, e para o exercício de atribuições inerentes à Casa Militar da Governadoria do Estado, na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3º. O número de Funções Privativas-Policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, Científica e Casa Militar da Governadoria do Estado é o constante nos Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO

Art. 4º. A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

§ 1º. A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à FPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve se dar por meio de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL

Art. 5º. A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

Art. 6º. A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

I - subsídio;

II - gratificação natalina;

III - adicional de férias;

IV - diária;

V - indenização por morte e acidentes pessoais;

VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;

VII - indenização por remoção;

VIII - ressarcimento por funeral;

IX - abono de permanência;

X - diferença de subsídio.

Parágrafo único. A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

Art. 7º. Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

Art. 8º. A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

Art. 10. A quantidade de Funções Privativas-Policiais previstas nesta Lei, para os órgãos relacionados no art. 1º, poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 11. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

Art. 12. O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 24 de maio de 2012.

Flávio Arns
Governador do Estado em exercício

Reinaldo de Almida Cesar
Secretário de Estado da Segurança Pública

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 11.459.538-1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 18005 - 27 de Março de 2014

Publicado no Diário Oficial nº 9174 de 27 de Março de 2014

Súmula: Dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

I DA ESTRUTURA DAS CARREIRA

Art. 1º As carreiras do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR denominam-se:

I - carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, composta pelos cargos de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, Assistente em Ciência e Tecnologia e Analista em Ciência e Tecnologia, sendo cada cargo estruturado em três classes compostas por quinze referências salariais contínuas, em ordem de valores crescentes, compostos por funções multiocupacionais;

II - carreira Técnico-Científica, composta pelo cargo de Pesquisador, estruturado em três classes compostas por quinze referências contínuas, em ordem de valores crescentes, composto por função singular.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público correspondente ao conjunto de atribuições semelhantes quanto a sua natureza e complexidade.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo, podendo ser singular ou multiocupacional.

§ 3º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica na carreira, no cargo e na classe.

§ 4º Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica na carreira, no cargo e na classe.

§ 5º Classe é o escalonamento hierárquico do agrupamento de funções vinculadas à crescente exigência do nível de complexidade, grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, constituindo-se a linha natural de crescimento do servidor no cargo.

Art. 2º A disposição da estrutura, a quantidade de vagas e os requisitos mínimos de escolaridade para ingresso, de acordo com as carreiras, cargos e classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores constam no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As classes que compõe os cargos da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e as classes que integram o cargo da carreira Técnico-Científica são sobrepostas,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



I - quatro cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - um cargo de Chefe do Gabinete, símbolo DAS-5.

Art. 43. Fica criada a Função Comissionada de Confiança do IAPAR - FCCI exclusiva para servidores de carreira do quadro permanente do IAPAR, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, e que cumulativamente exerçam as atribuições de Assessor I, II e III; Coordenador I e II; Líder de Programa; Gerente; Chefe de Núcleo; Responsável Técnico I e II; Chefe de Divisão; Responsável Administrativo; Supervisor I e II; Administrador e Chefe de Seção, conforme Anexo VI desta Lei.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança do IAPAR - FCCI é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Presidente do IAPAR, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§ 2º A Função Comissionada de Confiança - FCCI é incompatível com Cargo de Provimento em Comissão, Encargos Especiais, Funções Gratificadas, Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

Art. 44. Os valores referentes às gratificações previstas nos arts. 36 e 37 e a Função Comissionada de Confiança prevista no art. 43 serão reajustados no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os quadros de vencimentos de servidores efetivos do Estado.

VII DO ENQUADRAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 45. O enquadramento dos servidores estáveis e em estágio probatório alocados na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica se dará para o Plano aprovado por esta Lei e ocorrerá na mesma dimensão e proporção para as carreiras, cargos, classes e funções estabelecidas no art. 1º e Anexo II - Correlação de Funções desta Lei, respeitando-se a equivalência de formação e os níveis de complexidade das funções previstas no Plano aprovado pela Lei nº 15.179, de 2006.

§ 1º Quando da publicação desta Lei, os servidores estáveis e em estágio probatório não poderão ser enquadrados em classe inferior ou superior a que se encontravam alocados no Plano de Carreiras aprovado pela Lei nº 15.179, de 2006, mesmo que atendam aos requisitos de escolaridade previstos para ingresso ou promoção na classe subsequente deste Plano.

§ 2º Na data de publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento salarial dos servidores da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e da carreira Técnico-Científica na nova tabela Anexo III e se dará na classe correspondente, conforme Anexo II e na mesma referência salarial ocupada na data de publicação desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei Complementar 131 - 29 de Setembro de 2010

Publicado no Diário Oficial nº. 8314 de 29 de Setembro de 2010

(vide Lei 16739 de 29/12/2010)

Súmula: Dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal.

Parágrafo único. O Auditor Fiscal possui as atribuições e competências exercidas anteriormente pelo Agente Fiscal, independentemente da nova denominação do cargo de que trata este artigo.

Art. 2º. O Auditor Fiscal da Coordenação da Receita do Estado tem assegurada a privatividade das atividades de coordenação, programação e exercício da Tributação, da Arrecadação e da Fiscalização dos tributos estaduais e delegados, sendo a carreira considerada, para todos os efeitos legais, exclusiva de Estado, nos termos do art. 37, inciso XXII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO II GARANTIAS E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Precedência da Coordenação da Receita do Estado

Art. 3º. A Coordenação da Receita do Estado - CRE, Órgão de Regime Especial vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda e os seus Auditores Fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e circunscrição, precedência sobre os demais setores administrativos, conforme art. 37, inciso XVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção II Competência

Art. 4º. Compete privativamente ao Auditor Fiscal, além das demais atribuições conferidas pela legislação vigente:

I - a constituição do crédito tributário pelo lançamento e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

II - o julgamento do processo administrativo fiscal em primeira instância administrativa;

III - o julgamento do processo administrativo fiscal como membro do Corpo Deliberativo do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, representando a Fazenda Pública Estadual;

IV - o exercício da função de Representante da Fazenda Pública Estadual junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais;

V - a representação do Estado do Paraná na Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS), órgão de assessoramento do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ);

VI - a direção, o assessoramento e a chefia das unidades administrativas da CRE;

VII - a resposta a consulta em matéria tributária com caráter orientativo;

VIII - a execução administrativa de débitos tributários.

Art. 5º. O Auditor Fiscal poderá, concomitantemente ao procedimento de fiscalização, requisitar, examinar e receber informações das instituições financeiras e equiparadas, sobre as contas de depósito e aplicações das empresas fiscalizadas, resguardado o sigilo, na forma da legislação específica.

Seção III Quadro de Pessoal

Art. 6º. O Quadro Próprio da CRE é integrado por cargos de provimento efetivo e em comissão.

Parágrafo único. A lotação dos Auditores Fiscais nas unidades administrativas da CRE será regulada por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

Seção IV Cargos de Provimento Efetivo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 7º. A carreira de Auditor Fiscal da CRE é composta por um mil trezentos e cinquenta cargos de provimento efetivo, organizados em nove classes, a seguir identificadas:

- I** - Auditor Fiscal "A" - AF-A;
- II** - Auditor Fiscal "B" - AF-B;
- III** - Auditor Fiscal "C" - AF-C;
- IV** - Auditor Fiscal "D" - AF-D;
- V** - Auditor Fiscal "E" - AF-E;
- VI** - Auditor Fiscal "F" - AF-F;
- VII** - Auditor Fiscal "G" - AF-G;
- VIII** - Auditor Fiscal "H" - AF-H;
- IX** - Auditor Fiscal "I" - AF-I.

Parágrafo único. A carreira é iniciada na classe de Auditor Fiscal "A" e encerrada na classe de Auditor Fiscal "I".

Art. 8º. O Auditor Fiscal faz jus ao vencimento e às quotas de produtividade com os valores correspondentes à classe do cargo efetivo ou cargo em comissão que ocupar, conforme as tabelas dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 9º. Para efeitos desta Lei:

- I** - Auditor Fiscal é o servidor público legalmente investido das competências necessárias para a execução das atribuições do cargo;
- II** - cargo é a unidade funcional básica da estrutura organizacional, criado por Lei, para o qual são atribuídas as mesmas competências, direitos, obrigações e responsabilidades previstas nesta Lei;
- III** - a carreira de Auditor Fiscal é composta de nove classes, identificadas pelas letras "A" até "I", que constituem os degraus de promoção;
- IV** - classe é o escalonamento profissional dos cargos na carreira, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção V

Cargos de Provimento em Comissão

Art. 10. Integram o quadro da CRE, 89 (oitenta e nove) cargos de provimento em comissão, destinados a atender encargos de direção, gerência, chefia ou assessoramento, assim distribuídos:

I - um cargo de símbolo "A" atribuído ao Diretor;

II - nove cargos de símbolo "B" atribuídos aos Inspectores Gerais, Chefes de Assessorias, Corregedor-Geral, e Presidente do Conselho Superior dos Auditores Fiscais;

III - trinta e oito cargos de símbolo "C" atribuídos aos Assistentes Técnicos, Delegados, Coordenador da Escola de Administração Tributária - ESAT e ao Representante do Estado do Paraná na Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS);

IV - cinco cargos de símbolo "C", atribuídos aos Consultores Técnicos;

V - trinta e seis cargos de símbolo "D" atribuídos aos Assessores das Delegacias Regionais da Receita, aos Corregedores e aos Auxiliares Técnicos da Administração Central da CRE.

Art. 11. Os cargos de provimento em comissão, de que trata o art. 10, são privativos da carreira de Auditor Fiscal e serão providos por servidores em exercício com, no mínimo, cinco anos na carreira.

§ 1º. Excetua-se da regra do *caput* a nomeação para os cargos relacionados no inciso IV do art. 10.

§ 2º. Ao Auditor Fiscal que tenha sido nomeado para um dos cargos em comissão de símbolo A ou B será assegurado o direito de não executar serviços de fiscalização de mercadorias em trânsito, nos primeiros vinte e quatro meses da sua exoneração.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos em comissão, de que trata o art. 10, fazem jus ao vencimento, com os valores correspondentes ao símbolo do cargo que ocupam e às quotas de produtividade, conforme Tabela I do Anexo I e Tabela I do Anexo II desta Lei, sem prejuízo das demais vantagens previstas nesta Lei.

Art. 13. As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. A lei ordinária que promover alteração nos vencimentos básicos, nos cargos comissionados e nas quotas do prêmio de produtividade deverá manter a proporcionalidade dos valores entre as classes e entre os símbolos constantes das tabelas dos Anexos I e II desta Lei, observado o disposto no artigo 58.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção VI Função Gratificada

Art. 15. A função gratificada, vantagem acessória ao vencimento do Auditor Fiscal, conforme Tabela I constante do Anexo III desta Lei, é atribuída pelo exercício de atividades específicas, conforme disposto no Regimento da Coordenação da Receita do Estado.

CAPÍTULO III DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 16. O território do Estado do Paraná, para efeitos de administração tributária, poderá ser dividido em regiões fiscais.

Parágrafo único. Região fiscal é a área de atuação da Delegacia Regional da Receita.

Art. 17. São unidades administrativas da CRE a Administração Central e suas Delegacias.

§ 1º. As unidades da CRE serão criadas, alteradas, agrupadas, subdivididas, classificadas ou extintas por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2º. A estrutura organizacional da CRE será estabelecida em Regimento aprovado por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS CAPÍTULO I PROVIMENTO E PERDA DO CARGO Seção I Disposições Preliminares

Art. 18. Os cargos da carreira de Auditor Fiscal serão providos exclusivamente por nomeação.

Seção II Nomeação

Art. 19. A investidura no cargo de Auditor Fiscal dependerá de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da Seção III.

Art. 20. A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a classe inicial, denominada Auditor Fiscal "A";





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



II - em comissão, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Parágrafo único. No impedimento do ocupante do cargo em comissão outro Auditor Fiscal poderá ser designado, por ato do Secretário de Estado da Fazenda, para substituí-lo.

Art. 21. Será nomeado para o cargo de Auditor Fiscal o candidato aprovado, dentro do número de vagas existentes, em concurso público de provas ou de provas e títulos para a carreira de Auditor Fiscal, que preencher os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - estar em dia com as obrigações militares;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - não ter antecedentes criminais;

V - possuir grau de instrução superior completo;

VI - gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;

VII - não ter sido demitido, em consequência de aplicação de pena disciplinar, do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos, contados de forma retroativa da data da nomeação;

VIII - ter sido aprovado no "Curso de Formação de Auditor Fiscal" promovido pela CRE.

§ 1º. Os exames necessários para atendimento do inciso VI serão homologados pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

§ 2º. O disposto no inciso VII aplica-se, também, nos casos de perda de cargo em razão de ordem judicial.

Seção III Concurso Público

Art. 22. O concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento na classe inicial da carreira de Auditor Fiscal compreenderá três fases:

I - processo seletivo, do qual farão parte provas de conhecimento, de caráter eliminatório e classificatório, e de títulos, de caráter classificatório, que habilitará candidatos para o ingresso no curso de formação;

II - prova de aptidão, que compreende o cumprimento dos requisitos previstos no art. 21;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - curso de formação, de caráter eliminatório, que habilitará candidatos para efeito de nomeação, até o limite das vagas existentes e definidas no Edital do Concurso.

Parágrafo único. O concurso público realizar-se-á por iniciativa do Diretor da CRE, sendo obrigatória a sua realização quando o número de vagas atingir o correspondente a trinta por cento dos cargos efetivos e somente após autorização do Chefe do Poder Executivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 23. O curso de formação, de que trata o inciso III do art. 22, será organizado pela CRE e, durante a sua realização, os participantes terão direito a uma bolsa auxílio, conforme regulamentação específica.

§ 1º. A frequência no curso de formação e a percepção da bolsa auxílio de que trata o *caput* não caracterizarão vínculo funcional com o Estado do Paraná.

§ 2º. Ao servidor público estadual ficará assegurado o direito à licença para participação do curso de formação, sem prejuízo dos direitos relativos ao cargo que exerça, podendo optar pelo recebimento da bolsa auxílio ou pela sua remuneração, assegurando-se-lhe que o período de licença seja contado como de efetivo exercício em seu cargo original, para os efeitos legais.

§ 3º. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) não atingir o mínimo estabelecido em edital para aprovação no curso de formação;
- b) não preencher os demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais pertinentes;
- c) não apresentar conduta compatível com o exercício do cargo durante o curso de formação.

Art. 24. Concluído o curso de formação, a relação dos candidatos aprovados será enviada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para homologação, atendendo-se, para efeito da nomeação, à ordem de classificação obtida no processo seletivo de que trata o inciso I do art. 22.

Seção IV Posse

Art. 25. Posse é o ato que completa a investidura no cargo da carreira de Auditor Fiscal, após cumpridos os requisitos de que trata o art. 22.

§ 1º. Será recusada a posse a quem tenha omitido fato que o impediria de ser nomeado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º. O Auditor Fiscal nomeado apresentará declaração dos bens, direitos e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos do art. 103, em prazo determinado em edital, antes da posse, sob pena desta não se efetivar.

§ 3º. A posse ocorrerá em até trinta dias da publicação do ato de nomeação, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado.

§ 4º. Se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 3º, a nomeação será tornada sem efeito.

§ 5º. Salvo menção expressa do regime de acumulação de cargo, somente será empossado em cargo efetivo o Auditor Fiscal nomeado que declarar não exercer outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil, ou provar que solicitou licenciamento do serviço militar.

§ 6º. Para efeitos do regime de acumulação, observado o disposto no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a carreira de Auditor Fiscal é considerada técnica.

Art. 26. São competentes para formalizar posse:

I - o Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Fazenda, aos nomeados para cargo de provimento efetivo;

II - o Secretário de Estado da Fazenda, aos nomeados para cargo em comissão.

Parágrafo único. No ato de posse a autoridade deve observar o preenchimento dos requisitos desta Lei.

Seção V Exercício Subseção I Disposições Preliminares

Art. 27. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 28. O Auditor Fiscal terá o prazo de quinze dias para entrar em exercício, contados da data da:

I - posse;

II - ciência pessoal, no caso de remoção de ofício;

III - publicação oficial do ato, no caso de remoção a pedido ou mediante permuta, e nas demais hipóteses desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente.

§ 2º. Aplica-se o disposto no *caput* nas remoções para unidade administrativa localizada em outra Região Fiscal ou para outro Município da mesma Região Fiscal.

§ 3º. O Auditor Fiscal removido, quando licenciado, terá o prazo para entrar em exercício contado a partir do dia útil seguinte ao do término da licença.

§ 4º. O Auditor Fiscal empossado, que não entrar em exercício no prazo previsto neste artigo, estará sujeito à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 104.

§ 5º. Compete ao chefe da unidade administrativa para a qual for designado o Auditor Fiscal promover sua entrada em exercício.

§ 6º. O início do exercício e suas alterações serão comunicados pelo chefe da unidade administrativa ao órgão competente e registrados no assentamento individual do funcionário.

Subseção II Regime de Trabalho

Art. 29. A duração do trabalho normal do Auditor Fiscal não excederá a oito horas diárias e quarenta semanais.

§ 1º. Nos plantões de fiscalização a prestação do trabalho ocorrerá em qualquer dia da semana e em período de até vinte e quatro horas, garantido o descanso proporcional imediatamente posterior.

§ 2º. O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido, extraordinariamente, aos sábados, domingos e feriados, inclusive no período noturno, garantido o descanso proporcional.

Subseção III Afastamento do Exercício

Art. 30. O afastamento do Auditor Fiscal ocorrerá somente em decorrência:

I - de ordem judicial que expressamente o determine;

II - de prisão por ordem legal;

III - do recebimento judicial de denúncia por crime contra a Administração Pública;

IV - das demais hipóteses previstas nesta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º. Nas hipóteses de ordem judicial que expressamente o determine ou de prisão por ordem legal em regime incompatível com o exercício de suas funções o servidor será afastado do exercício pelo tempo que perdurar esta situação.

§ 2º. Recebida a denúncia por crime contra a Administração Pública, o Auditor Fiscal será afastado das atividades de fiscalização, devendo ser designado a exercer serviços internos compatíveis com a sua situação, ainda que em outra unidade administrativa.

§ 3º. A chefia da unidade em que estiver lotado o Auditor Fiscal deverá solicitar a suspensão de todos os seus acessos aos sistemas corporativos, recolher seu documento de identidade fiscal, bem como os processos e documentos dos quais detenha carga em razão da função.

§ 4º. O Secretário de Estado da Fazenda poderá determinar o afastamento do Auditor Fiscal:

- a) temporariamente, se verificar que não é aconselhável sua permanência, mesmo em serviços internos, após parecer do Conselho Superior dos Auditores Fiscais;
- b) pelo prazo máximo de noventa dias, para que não interfira no andamento do processo administrativo disciplinar.

§ 5º. Nas hipóteses de prisão por ordem legal em regime compatível com o exercício de suas funções ou nos casos do inciso IV, o afastamento dependerá de parecer do Conselho Superior dos Auditores Fiscais e de decisão do Secretário de Estado da Fazenda, que o determine.

§ 6º. Fica vedado ao Auditor Fiscal afastado o acesso às dependências das unidades administrativas da CRE, na condição de servidor, exceto quando convocado ou previamente autorizado.

§ 7º. Os afastamentos de que trata este artigo serão efetuados sem prejuízo da remuneração integral, observado o disposto no parágrafo único do art. 60.

§ 8º. Nas hipóteses dos afastamentos de que trata este artigo, o servidor fica obrigado a manter o GRHS informado sobre seu endereço atualizado, bem como comparecer a todas as audiências do processo administrativo disciplinar para as quais for convocado, salvo ausência legalmente justificada.

§ 9º. O Auditor Fiscal deverá retornar ao exercício de suas funções na unidade em que estava lotado, após o término do período do afastamento.

§ 10. Compete ao Diretor da CRE formalizar os afastamentos de que trata este artigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção VI

Remoção



Art. 31. A remoção entre as unidades administrativas da CRE processar-se-á:

I - a pedido do Auditor Fiscal, por ocasião de concurso de remoção, nos termos definidos em edital expedido pelo Diretor da CRE;

II - por permuta entre as Delegacias Regionais, mediante requerimento dos interessados;

III - de ofício, somente no interesse da Administração Pública e sempre de forma justificada;

IV - a pedido do Auditor Fiscal, devidamente justificado, desde que o percentual de vagas disponíveis na unidade de destino seja superior ao da unidade de origem.

§ 1º. Na hipótese dos incisos II e IV serão respeitados o interesse e a necessidade do serviço, manifestados pelos chefes das respectivas unidades administrativas.

§ 2º. A remoção, exceto aquela realizada mediante permuta, dependerá da existência de vaga na unidade administrativa de destino.

§ 3º. Quando o Auditor Fiscal for removido de ofício, ser-lhe-á assegurado o direito à permanência mínima de um ano no local para o qual foi removido.

§ 4º. É assegurado ao Auditor Fiscal:

a) exonerado de cargo em comissão exercido pelo período superior a um ano, o direito de optar pela lotação em qualquer Delegacia Regional da Receita;

b) exonerado de cargo em comissão exercido por período inferior a um ano, ou dispensado de função gratificada Símbolo "E" - Inspetor Regional, o direito de retornar à Delegacia Regional da Receita do Município de origem.

§ 5º. Equipara-se à remoção de ofício a alteração da lotação para Município diverso, dentro da mesma unidade administrativa.

§ 6º. Na extinção ou incorporação de unidade administrativa, caso o Auditor Fiscal não tenha nova lotação fixada no prazo de trinta dias, observar-se-á o direito previsto no § 3º.

Art. 32. Por ocasião da realização do concurso de remoção, verificada a hipótese de existirem mais concorrentes que o número de vagas fixadas, terá preferência, pela ordem, o Auditor Fiscal que, dentre todos os concorrentes:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

I - tenha maior tempo de serviço na Administração Central da CRE ou na Delegacia Regional da Receita em que se encontrar lotado;

II - tenha o maior tempo de serviço no cargo de Auditor Fiscal;

III - tenha tido a melhor classificação no concurso público de ingresso na carreira.

Parágrafo único. Para efeitos do inciso I computar-se-á, também, o tempo de lotação na unidade anterior, na hipótese de o Auditor Fiscal ter sido removido de ofício.

Art. 33. O Auditor Fiscal, matriculado em estabelecimento de ensino público, que for removido de ofício para outro Município, terá assegurada a matrícula em estabelecimento de ensino público estadual localizado no Município da unidade em que tiver exercício, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se também aos dependentes do Auditor Fiscal removido.

§ 2º. Não havendo, no Município da nova unidade, o curso em que o Auditor Fiscal esteja matriculado antes da remoção, ser-lhe-á assegurado o direito de matrícula em estabelecimento de ensino público mais próximo do local de trabalho.

§ 3º. O Auditor Fiscal matriculado em curso oferecido pelo Estado não terá a obrigação de efetuar qualquer tipo de ressarcimento, quando removido de ofício.

Seção VII Promoção

Art. 34. Promoção é a elevação do Auditor Fiscal à classe superior a que pertencer.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo poderá delegar a competência para concessão de promoção ao Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 35. Não haverá promoção de Auditor Fiscal em estágio probatório.

Parágrafo único. Concluído o estágio probatório, o Auditor Fiscal não terá direito à contagem desse tempo de exercício para fins de promoção.

Art. 36. Para ser promovido de classe, o Auditor Fiscal deverá ter cumprido os seguintes requisitos:

I - interstício de dois anos de efetivo exercício na classe;

II - ter graduação em curso superior.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 37. Sem prejuízo da promoção de que trata o art. 36, será assegurada a elevação à classe imediatamente superior a que pertencer, ao Auditor Fiscal em exercício que tenha concluído curso reconhecido de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado ou doutorado.

§ 1º. Na hipótese de o Auditor Fiscal obter mais de um título de mesmo nível, estes não poderão ser computados de forma cumulativa.

§ 2º. Na promoção de que trata este artigo aplica-se o disposto no art. 38.

§ 3º. A promoção de que trata o *caput* será concedida anualmente, sendo a primeira em 1º de julho de 2011.

§ 4º. Para efeitos deste artigo, serão considerados os cursos realizados em áreas pertinentes ao exercício das atribuições do Auditor Fiscal.

§ 5º. A pertinência dos cursos será avaliada pelo Conselho Superior dos Auditores Fiscais - CSAF.

Art. 38. O processo de promoção ocorrerá a cada doze meses.

Art. 39. No mês de julho de cada ano, o CSAF deverá encaminhar, ao Secretário de Estado da Fazenda, a relação dos servidores que deverão ser promovidos no próximo ano, de modo a possibilitar a previsão orçamentária.

Art. 40. O Auditor Fiscal afastado nos termos do art. 30 terá sua promoção suspensa até a decisão final do processo, e, caso não receba a penalidade administrativa de que trata o inciso III do art. 104, terá restabelecidos os direitos relativos à promoção.

Seção VIII Perda do Cargo

Art. 41. A perda do cargo de Auditor Fiscal ocorrerá somente em uma das seguintes hipóteses:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado que a determine;

II - mediante processo administrativo disciplinar em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 104 desta Lei.

CAPÍTULO II DIREITOS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção I Prerrogativas

Art. 42. Ao Auditor Fiscal, no exercício de seu cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I - requisitar auxílio das autoridades, agentes administrativos e policiais do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação tributária;

II - possuir documento de identidade fiscal expedido pela CRE;

III - requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - ser cientificado pessoalmente dos atos e termos dos processos em que seja parte interessada;

V - não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a lei, com a sua consciência ética ou profissional;

VI - contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Art. 43. Fica assegurado ao Auditor Fiscal, membro de conselhos da entidade representativa da classe, a dispensa para participar nas reuniões e assembleias para as quais for convocado.

Art. 44. Fica assegurado ao Auditor Fiscal, nos casos de prescrição médica, homologada por perícia médica oficial, o exercício de atividades compatíveis com seu estado, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens.

Art. 45. A autoridade estadual que efetuar a prisão ou detenção de Auditor Fiscal, em qualquer circunstância, deverá comunicar o fato ao Diretor da CRE.

Seção II Aposentadoria e Pensão

Art. 46. Os proventos de aposentadoria do Auditor Fiscal serão concedidos na forma da Constituição Federal, e compostos inclusive por prêmio de produtividade recebido a qualquer título, desde que percebido por um período não inferior a dez anos, ininterruptos ou intercalados, e adicionais por tempo de serviço.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º. A aposentadoria mencionada no caput fica sujeita ao recolhimento de contribuição previdenciária por um período não inferior a cinco anos, ressalvados os acréscimos na remuneração ocorridos neste interregno, mesmo que por efeito de promoção ou de qualquer tipo de alteração de prêmio de produtividade, inclusive na quantidade, no valor ou na modalidade de quotas que o compõe, bem como outras vantagens, os quais integrarão os proventos independentemente da contribuição, cumpridos os demais requisitos constitucionais quanto à idade, tempo de serviço ou de contribuição.

§ 2º. O Auditor Fiscal que se aposentar por invalidez, não tendo completado tempo para a aposentadoria com proventos integrais, receberá proventos proporcionais a esse tempo, salvo se a aposentadoria decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas por junta médica oficial conforme legislação pertinente, hipóteses em que os proventos serão sempre integrais, independentemente do tempo de percepção do prêmio de produtividade e de contribuição.

§ 3º. Ficando provado que o Auditor Fiscal aposentado por invalidez assumiu emprego ou função pública remunerados, este terá a sua aposentadoria anulada com efeitos ex nunc, devendo retornar imediatamente ao seu cargo, ainda que no exercício de funções compatíveis com o seu estado.

Art. 47. O benefício da pensão por morte será assegurado:

I - ao cônjuge ou companheiro, na constância do casamento ou da união estável;

II - ao pensionista, no valor da pensão devida;

III - aos filhos, desde que:

a) menores de vinte e um anos e não emancipados;

b) inválidos ou incapazes, se solteiros, sem renda, e desde que a invalidez ou a incapacidade seja anterior ou simultânea ao fato gerador do benefício, respeitados os direitos dos nascituros;

c) estejam participando de curso de nível superior em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, se menores de vinte e cinco anos, solteiros e sem renda.

Art. 48. O prêmio de produtividade, que integrará os proventos de aposentadoria e de pensão, será calculado com base no valor da quota de produtividade correspondente ao cargo efetivo ou ao cargo em comissão da estrutura da CRE a que tiver direito, observado o disposto no art. 49.

Art. 49. O cálculo para integração do prêmio de produtividade na aposentadoria e pensão será feito com base na média aritmética dos trinta e seis maiores percentuais de quotas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

percebidas pelo Auditor Fiscal durante o exercício funcional, e pelo valor da quota correspondente ao cargo que integrar os proventos de aposentadoria.

Art. 50. Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na forma prevista pela Constituição Federal, respeitado o direito adquirido.

Seção III

Férias

Art. 51. O Auditor Fiscal terá direito a trinta dias consecutivos de férias por período aquisitivo, remuneradas com um terço a mais do que a remuneração normal do mês anterior àquele em que serão usufruídas.

§ 1º. O terço de férias de que trata o caput será pago até o último dia do mês anterior ao das férias.

§ 2º. É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 3º. O Auditor Fiscal terá direito a usufruir férias relativas ao primeiro período aquisitivo após doze meses de exercício.

§ 4º. Mediante requerimento do Auditor Fiscal, as férias poderão ser concedidas em dois períodos não inferiores a dez dias.

§ 5º. Durante as férias o Auditor Fiscal terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Art. 52. As férias serão concedidas até o décimo segundo mês seguinte ao do encerramento do período aquisitivo, devendo o Auditor Fiscal ser notificado da sua concessão com antecedência de, no mínimo, trinta dias.

Art. 53. O Auditor Fiscal promovido ou removido quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

Art. 54. À família do Auditor Fiscal que falecer em gozo de férias será paga a remuneração relativa a todo o período, sem prejuízo do auxílio-funeral.

Art. 55. O direito de reclamar a concessão de férias prescreverá em dois anos, contados do primeiro dia do ano civil seguinte ao período aquisitivo.

Parágrafo único. Por imperiosa necessidade de serviço, o prazo de que trata o caput será prorrogado por um ano, devendo a autoridade formalizar, no mesmo documento, o período de fruição das férias prorrogadas.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção IV

Vencimento e Remuneração

Art. 56. Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixado para cada uma das classes da carreira ou do cargo em comissão do Auditor Fiscal, conforme valores constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 57. Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento e às vantagens a seguir discriminadas:

I - prêmio de produtividade, a qualquer título, conforme valores constantes do Anexo II desta Lei;

II - adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. A remuneração poderá ser fixada e alterada por lei ordinária, assegurada a revisão anual e a irredutibilidade.

Art. 58. O prêmio de produtividade será concedido, mediante a atribuição de quotas, a qualquer título, ao Auditor Fiscal que desempenhar com eficácia as atribuições que lhe forem conferidas, sem prejuízo do disposto no art. 50.

§ 1º. Quota é a forma de aferição do prêmio de produtividade e será atribuída e apropriada em conformidade com ato do Secretário de Estado da Fazenda para este fim expedido.

§ 2º. As quotas que excederem o limite de apropriação mensal, previsto no ato do Secretário do Estado da Fazenda a que se refere o § 1º, serão lançadas na conta-corrente individual do Auditor, para esta finalidade criada.

§ 3º. Por conta-corrente, para fins do § 2º, entende-se o controle individual do saldo de quotas de cada Auditor, que poderão ser aproveitadas no mês em que as quotas geradas não alcançarem o limite de apropriação, sem prejuízo do disposto no § 4º.

§ 4º. Nos meses de janeiro e julho de cada ano, setenta por cento das quotas existentes nas contas-correntes individuais será destinada à formação de um fundo, para rateio entre todos os Auditores Fiscais ativos, independentemente do limite previsto no § 1º.

§ 5º. Os valores apurados em conformidade com o § 4º serão pagos, respectivamente, nos meses de março e setembro subsequentes.

§ 6º. Nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a CRE encaminhará à Paraná Previdência demonstrativo da média da quantidade de quotas atribuídas aos Auditores Fiscais em atividade.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 7º. A Paraná Previdência determinará o pagamento, aos aposentados e pensionistas, nos meses de março e setembro subsequentes, da média de quantidade de quotas mencionada no § 6º, considerando o valor da quota e a proporcionalidade referentes ao cargo em que se efetivou a aposentadoria ou pensão.

Art. 59. Perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade o Auditor Fiscal ou Consultor Técnico que ficar à disposição de outro órgão da Administração Pública, direta ou indireta.

§ 1º. Não se aplica o disposto no caput:

a) ao Auditor Fiscal ou Consultor Técnico que exercer suas funções na Secretaria de Estado da Fazenda;

~~b) ao Auditor Fiscal nomeado para ocupar cargo de Secretário de Estado, de assessoramento ou direção no Poder Executivo Estadual.~~

b) ao Auditor Fiscal nomeado para ocupar cargo de Secretário de Estado, de assessoramento ou direção no Poder Executivo Estadual ou Municipal, em casos de municípios sedes de Delegacia da Receita Estadual.

(Redação dada pela Lei Complementar 153 de 10/01/2013)

§ 2º. Na hipótese da alínea "b" do § 1º, o prêmio de produtividade será calculado com base no valor da quota correspondente à classe da carreira a que pertence o Auditor Fiscal, observado o parágrafo único do art. 60.

§ 3º. Não poderá ser disponibilizado para outros órgãos mais que dois por cento do número de cargos de provimento efetivo estabelecido no art. 7º.

Art. 60. O Auditor Fiscal não perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade nos casos de férias, trânsito, afastamentos ou licenças, mantendo sua remuneração integral.

Parágrafo único. O prêmio de produtividade, de que trata o caput, será atribuído com base na média da unidade administrativa de lotação do Auditor, conforme ato do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 61. O adicional por tempo de serviço será concedido ao Auditor Fiscal, a cada cinco anos de serviço prestado ao Estado do Paraná, no valor correspondente a cinco por cento dos vencimentos e do prêmio de produtividade, até completar vinte e cinco por cento.

Art. 62. Ao completar trinta anos de exercício, o Auditor Fiscal terá direito ao acréscimo de cinco por cento por ano excedente, calculados sobre os vencimentos e o prêmio de produtividade, até o máximo de mais vinte e cinco por cento, considerados, para todos os efeitos legais, como vantagem incluída no inciso II do art. 57.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 63. Os adicionais de que tratam os artigos 61 e 62 serão incorporados na remuneração imediatamente, inclusive para efeitos de aposentadoria, e não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Seção V Vantagens

Art. 64. Além do vencimento e outras vantagens concedidas em lei, o Auditor Fiscal poderá perceber:

I - gratificação de função;

II - adicionais;

III - diárias;

IV - salário-família;

V - auxílio-doença;

VI - auxílio-funeral;

VII - auxílio-moradia;

VIII - auxílio-remoção;

IX - terço de férias;

X - décimo-terceiro salário;

XI - prêmio de produtividade;

XII - adicional pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas;

XIII - adicional noturno;

XIV - hora-extra.

§ 1º. O auxílio-moradia será concedido ao Auditor Fiscal que passar a exercer suas funções em outra unidade administrativa, em virtude de nomeação para cargo comissionado ou designação para função gratificada símbolo E.

§ 2º. O auxílio-moradia terá seu prazo, valores e critérios de concessão regulamentados em ato do Chefe do Poder Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 3º. O auxílio-remoção, no valor de uma remuneração mensal, será concedido ao Auditor Fiscal que, em razão de nomeação para cargo comissionado, designação para função gratificada ou remoção de ofício, passar a exercer suas funções em Município diverso, mediante comprovação de que entrou em exercício.

§ 4º. Para efeitos do inciso VIII, equiparam-se à remoção de ofício os casos previstos no § 4º do art. 31.

§ 5º. O prazo para requerer auxílio-moradia ou auxílio-remoção prescreverá em cento e vinte dias contados a partir da data da remoção.

§ 6º. O adicional noturno, no valor de vinte por cento do vencimento e do prêmio de produtividade, será pago ao Auditor Fiscal que desempenhar suas funções no período compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e cinco horas do dia seguinte.

§ 7º. A hora-extra de que trata o inciso XIV será remunerada em conformidade com o art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal.

Art. 65. A gratificação de função será atribuída ao Auditor Fiscal que exercer uma das funções constantes do Anexo III desta Lei, no valor nele estabelecido.

CAPÍTULO III

LICENÇAS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 66. Conceder-se-á licença ao Auditor Fiscal:

I - para tratamento de saúde;

II - quando acometido de doença, nos termos dos artigos 83 e 84;

III - quando acidentado;

IV - licença-maternidade;

V - por motivo de doença em pessoa da família;

VI - quando convocado para serviço militar;

VII - para o trato de interesses particulares;

VIII - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, quando este for servidor civil ou militar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IX - em caráter especial;

X - para concorrer a cargo eletivo;

XI - para frequência a cursos de aperfeiçoamento ou missão de estudo no país ou no exterior;

XII - licença-paternidade;

XIII - para dirigente sindical;

XIV - para casamento;

XV - por falecimento do cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe, irmão.

Art. 67. São competentes para conceder as licenças de que tratam os incisos VII, VIII, IX, X e XI do art. 66:

I - o Secretário de Estado da Fazenda, em relação ao Diretor da CRE e Auditores Fiscais que lhe estejam imediatamente subordinados;

II - o Diretor da CRE, em relação aos demais Auditores Fiscais.

Parágrafo único. As autoridades indicadas neste artigo poderão delegar competência aos dirigentes das unidades que lhes sejam diretamente subordinadas.

Art. 68. O Auditor Fiscal não poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, ressalvados os casos previstos no art. 72 e nos incisos VI, VIII, XI e XIII do art. 66.

Art. 69. A licença a que se refere o art. 66, inciso X, será concedida com remuneração integral durante o afastamento estabelecido pela legislação eleitoral, perdurando enquanto subsistirem os motivos que a ensejaram.

Seção II

Licença para Tratamento de Saúde

Art. 70. A licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, será concedida de ofício ou a pedido do Auditor Fiscal, ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo.

§ 1º. Em ambos os casos, é indispensável a inspeção médica, que será realizada no órgão próprio e, quando necessário, no local onde se encontrar o Auditor Fiscal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º. Para a licença de até três dias no mês, consecutivos ou não, será aceito atestado fornecido por médico particular, se apresentado à chefia imediata até o terceiro dia útil do fim do período da licença.

§ 3º. Para a licença de até noventa dias, a inspeção deverá ser feita por médico do órgão oficial de perícia médica do Estado, admitindo-se, quando assim não seja possível, atestado fornecido por médico particular.

§ 4º. O Auditor Fiscal que se encontrar fora do Estado, ou impossibilitado de solicitar a concessão ou prorrogação de sua licença médica, deverá comunicar o fato, diretamente ou por seu representante, tão logo seja possível, à autoridade competente a que esteja subordinado, a qual determinará as providências cabíveis, remetendo o laudo médico, se for este o caso, ou outros documentos comprobatórios da condição.

§ 5º. O atestado fornecido por médico particular, constante dos §§ 3º e 4º, somente produzirá efeitos depois de homologado pelo órgão oficial de perícia médica do Estado.

§ 6º. Caso não seja homologado o laudo, o Auditor Fiscal será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerados como de licença para o trato de interesses particulares, conforme inciso VII do art. 66, os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

§ 7º. O Auditor Fiscal poderá recorrer da decisão referida no § 6º e requisitar reavaliação.

Art. 71. Verificando-se, a qualquer tempo, ser ideologicamente falso o atestado médico ou o laudo da Junta Médica, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, ficando sujeito o Auditor Fiscal a quem aproveitar a fraude à penalidade prevista no inciso II do art. 104.

Art. 72. O Auditor Fiscal não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos em que seja considerado recuperável, hipótese em que, a critério da Junta Médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo único. Expirado o prazo mencionado neste artigo, o Auditor Fiscal será submetido a nova inspeção médica oficial e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o cargo.

Art. 73. Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica Oficial, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo único. A inspeção será feita no local onde se encontrar o Auditor Fiscal, por junta composta de, pelo menos três médicos, podendo esse, caso não se conforme com o laudo, solicitar nova avaliação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 74. No processamento de licença para tratamento de saúde será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 75. No curso de licença para tratamento de saúde, o Auditor Fiscal abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença com perda da remuneração, a partir da data efetiva da prática de atividade remunerada, até a data em que reassumir o cargo.

Parágrafo único. Os dias correspondentes à perda de remuneração serão considerados como falta ao serviço.

Art. 76. Licenciado para tratamento de saúde ou por acidente, o Auditor Fiscal receberá integralmente a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 77. O Auditor Fiscal, em exercício ou licenciado por motivos de saúde, não poderá recusar-se à inspeção médica oficial, quando notificado pessoalmente a fazê-lo.

Parágrafo único. O Auditor Fiscal que não se submeter à inspeção de que trata este artigo:

a) será afastado do serviço, quando em exercício, se considerada inconveniente sua permanência no local de trabalho, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 83 a 86;

b) será considerado apto a reassumir o exercício de suas funções, quando licenciado.

Art. 78. Considerado apto, em inspeção médica, o Auditor Fiscal reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 79. No curso da licença, poderá o Auditor Fiscal requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito à aposentadoria.

Art. 80. O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença.

Art. 81. A licença para tratamento de saúde ou por acidente poderá ser prorrogada a pedido ou de ofício.

§ 1º. O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2º. Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho, salvo caso fortuito ou força maior, será considerado como de licença para o trato de interesses particulares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 82. Terminada a licença, o Auditor Fiscal reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o caso do art. 81.

Seção III Licença Compulsória

Art. 83. O Auditor Fiscal acometido por moléstia incompatível com o trabalho, segundo a medicina especializada, e apurada em inspeção médica, será compulsoriamente licenciado, com direito à percepção da remuneração integral e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 84. O Auditor Fiscal poderá ser licenciado compulsoriamente por interdição, quando declarada pela autoridade sanitária competente, por motivo de doença em pessoa co-habitante da sua residência, com remuneração integral.

Art. 85. Para verificação de moléstia indicada no art. 83, a inspeção médica será feita, obrigatoriamente, por Junta Oficial de três membros, podendo o Auditor Fiscal pedir nova avaliação.

Art. 86. A licença será convertida em aposentadoria, antes do prazo estabelecido no art. 72, quando assim opinar a Junta Médica, por considerar definitiva, para o exercício do cargo, a invalidez do Auditor Fiscal.

Seção IV Licença Maternidade

Art. 87. À Auditora Fiscal gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por cento e oitenta dias, com percepção da remuneração e demais vantagens legais.

§ 1º. A Auditora Fiscal gestante terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, sem prejuízo da licença de que trata este artigo, facilitando-se-lhe, posteriormente, as condições para o aleitamento.

§ 2º. Aplica-se o disposto neste artigo nos casos de acolhimento de criança por tutela, guarda ou adoção.

Seção V Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 88. O Auditor Fiscal poderá obter licença, com remuneração integral, por motivo de doença grave na pessoa do cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe ou irmão, desde que prove ser a sua assistência pessoal indispensável e incompatível com o exercício do cargo.

§ 1º. Prova-se a doença grave mediante inspeção médica, aplicando-se, no que couber, as normas contidas na Seção II deste Capítulo.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 2º. As demais licenças por motivo de doença em pessoa da família sujeitar-se-ão às regras aplicáveis aos funcionários públicos civis do Estado, respeitadas as disposições especiais desta Lei.

Seção VI

Licença para Serviço Militar Obrigatório

Art. 89. Ao Auditor Fiscal, que for convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com remuneração, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 1º. A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º. Ao Auditor Fiscal desincorporado conceder-se-á o prazo de quinze dias para que reassuma o exercício, sem perda de remuneração, findo o qual a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Seção VII

Licença para o Trato de Interesses Particulares

Art. 90. Depois de estável, o Auditor Fiscal poderá obter licença para o trato de interesses particulares, sem percepção de remuneração e de quaisquer vantagens pecuniárias relativas ao cargo ocupado.

§ 1º. O Auditor Fiscal aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2º. A licença de que trata este artigo:

- a) não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos;
- b) só poderá ser concedida novamente depois de decorrido período igual ao da duração da licença usufruída.

Art. 91. Desde que inconveniente para o serviço, poderá ser negada, motivadamente, a licença para trato de interesses particulares, cabendo recurso ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Parágrafo único. Não será concedida essa licença ao Auditor Fiscal removido, antes de entrar em exercício.

Art. 92. O Auditor Fiscal poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 93. Não se concederá licença para o trato de interesses particulares ao Auditor Fiscal:

I - enquanto ocupar cargo em comissão;

II - que esteja obrigado a indenização ou devolução de valores ao Erário, em processo com decisão administrativa ou judicial definitiva.

Seção VIII

Licença ao Auditor Fiscal Cônjuge ou Companheiro de Servidor

Art. 94. O Auditor Fiscal cônjuge ou companheiro de servidor público, civil ou militar, no caso de não ser possível a remoção de que trata o art. 38 da Constituição Estadual, terá direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge for mandado, independentemente de solicitação, prestar serviços em outro local.

§ 1º. A licença será concedida mediante pedido e renovável a cada dois anos.

§ 2º. Durante a licença de que trata este artigo fica vedado ao Auditor Fiscal a prática de atividade incompatível com o cargo, sob pena de revogação.

Art. 95. Independentemente do regresso do cônjuge ou companheiro, o Auditor Fiscal poderá reassumir o exercício a qualquer tempo.

Seção IX

Licença Especial

Art. 96. Ao Auditor Fiscal que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses por decênio, com remuneração integral e demais vantagens.

§ 1º. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao Auditor Fiscal que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º. A concessão da licença especial ao Auditor Fiscal implica perda do cargo comissionado.

Art. 97. Para os fins previstos no art. 96, não são considerados como afastamento do exercício os seguintes eventos:

I - férias e trânsito;

II - licença de até oito dias para casamento;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - licença de até oito dias por falecimento do cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe, irmão;

IV - convocação para o serviço militar;

V - participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;

VII - licença para o trato de interesses particulares, desde que não ultrapasse três meses por quinquênio;

VIII - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;

IX - licença à Auditora Fiscal gestante;

X - licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;

XI - falta por motivo de doença, devidamente comprovada, até três dias por mês;

XII - missão de estudo no país ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

XIII - exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão;

XIV - licença para cursos de aperfeiçoamento;

XV - licença-paternidade;

XVI - licença para concorrer a cargo eletivo ou para o exercício da função de dirigente sindical;

XVII - falta não justificada, até o número de cinco por quinquênio.

§ 1º. Não se inclui no prazo de fruição de licença especial o período de férias regulamentares.

§ 2º. Por solicitação do Auditor Fiscal, a licença especial poderá ser interrompida uma única vez, ficando a fruição do restante sujeita às regras do art. 99.

Art. 98. Não podem usufruir licença especial, simultaneamente, o responsável pela unidade, e seu substituto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 1º. Na mesma unidade administrativa não poderão usufruir licença especial, simultaneamente, Auditores Fiscais em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação.

§ 2º. Se, na unidade administrativa, o número de Auditores Fiscais for inferior a seis, somente um deles poderá usufruir a licença.

Art. 99. Na hipótese de a quantidade de requerentes exceder os limites mencionados no art. 98, terá preferência, na seguinte ordem, o Auditor Fiscal que:

I - a requereu primeiro;

II - há mais tempo usufruiu o benefício;

III - há mais tempo possui o direito.

Seção X

Licença para Frequência a Cursos de Aperfeiçoamento

Art. 100. Poderá ser concedida licença, com remuneração integral, ao Auditor Fiscal, para frequentar curso de aperfeiçoamento, inclusive de pós-graduação, quando realizado fora da cidade onde exerce suas funções.

§ 1º. O aperfeiçoamento deverá visar melhor aproveitamento na função de Auditor Fiscal.

§ 2º. Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do Auditor Fiscal, ou em outra de fácil acesso, será concedida simples dispensa do expediente pelo tempo necessário à frequência regular ao curso.

Seção XI

Licença-Paternidade

Art. 101. É assegurada ao Auditor Fiscal a licença-paternidade, com remuneração integral.

§ 1º. A licença-paternidade será de cinco dias contados da data de nascimento da criança.

§ 2º. Aplica-se o disposto neste artigo nos casos de acolhimento de criança por tutela, guarda ou adoção.

CAPÍTULO IV

DEVERES

Seção I

Disposições Gerais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 102. São deveres do Auditor Fiscal, além de outros previstos na legislação referente aos funcionários civis do Estado:

I - ser assíduo;

II - ser pontual;

III - agir com urbanidade;

IV - agir com respeito, decoro e lealdade às instituições públicas, guardando sigilo profissional relativo à utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato não passível de divulgação ao público, ressalvada sua obrigação de divulgar as informações exigíveis nos termos legais;

V - cumprir normas legais e regulamentares;

VI - ser eficiente;

VII - coibir a evasão de tributos na esfera de suas atribuições;

VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, providências cabíveis em face de irregularidades de que tenha conhecimento, ou que ocorram nos serviços a seu encargo, levando-as ao conhecimento da autoridade competente, por escrito;

IX - tomar as medidas cabíveis, no caso de constatação de infrações de configuração instantânea ou por ocasião do transporte de mercadorias, sendo admitida razoável postergação de atos de ofício somente mediante prévia justificativa formalizada e comunicada ao superior hierárquico;

X - zelar pelas prerrogativas e respeitabilidade da classe e da organização a que pertence;

XI - frequentar curso no qual for oficialmente inscrito;

XII - submeter-se à inspeção médica, quando determinada pela autoridade competente;

XIII - aceitar encargos inerentes à carreira, inclusive a participação em comissão de sindicância e de procedimento administrativo disciplinar, exceção feita aos de confiança;

XIV - obedecer notificações, determinações e normas superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

XV - comparecer a trabalho extraordinário, quando convocado, assegurado o descanso proporcional;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XVI - entregar a documentação necessária para manter em ordem, no assentamento individual, seus dados pessoais e de família;

XVII- zelar pela economia e conservação do material ou bem que lhe for confiado, utilizando de forma adequada os recursos disponibilizados;

XVIII- utilizar e prestar contas, na forma da lei, dos ativos e recursos do Estado, colocados a sua disposição.

Seção II

Declaração de Bens, Direitos e Valores

Art. 103. É também dever do Auditor Fiscal entregar, anualmente e na data em que deixar o exercício do cargo, declaração que abrangerá seus bens, direitos e valores de natureza patrimonial, conforme disposto no art. 13 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º. O Auditor Fiscal poderá entregar cópia da declaração de bens apresentada aos órgãos fazendários em conformidade com a legislação do Imposto de Renda, devidamente assinada, com as necessárias atualizações, sem prejuízo de outras exigências previstas em legislação pertinente.

§ 2º. A declaração mencionada no caput deverá ser entregue:

a) em envelope fechado, no serviço administrativo da DRR, no âmbito das Delegacias Regionais e no GRHS/SEFA, no âmbito da Administração Central;

b) em até noventa dias após o encerramento do prazo de entrega da declaração de que trata o § 1º.

§ 3º. A declaração de que trata este artigo pode ser substituída por autorização do Auditor Fiscal de acesso a seus dados perante a Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO V

PENALIDADES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 104. São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão;

III - demissão;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - cassação de aposentadoria.

Art. 105. Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão, respeitados os prazos prescricionais, os antecedentes do infrator, a reincidência, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço público.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para efeitos desta Lei, a mesma falta disciplinar cometida antes de transcorridos dois anos da aplicação da pena anterior em caráter definitivo.

Art. 106. A decisão administrativa que aplicar a sanção, mencionará o dispositivo legal em que se enquadrar, motivando a gradação da penalidade aplicada.

Art. 107. São competentes para decidir os processos administrativos disciplinares e aplicar as penalidades:

I - o Secretário de Estado da Fazenda, nos casos de repreensão e suspensão;

II - o Chefe do Poder Executivo, privativamente, nos casos das penalidades de demissão e de cassação de aposentadoria.

Parágrafo único. A mesma autoridade que aplicar a penalidade, ou autoridade superior, poderá, motivadamente, torná-la sem efeito.

Seção II Repreensão

Art. 108. A pena de repreensão será aplicada por escrito, no caso de infração aos deveres previstos no art. 102.

Seção III Suspensão

Art. 109. A pena de suspensão, que não excederá a noventa dias, será aplicada nos casos em que o Auditor Fiscal praticar qualquer das seguintes condutas proibidas:

I - exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

II - exercer atividade comercial ou participar de sociedade empresarial, exceto como acionista ou quotista;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - valer-se do cargo para promover a divulgação de matérias, coagir ou aliciar pessoas, com objetivo de natureza político-partidária, ideológica ou religiosa;

IV - valer-se do cargo para patrocinar interesse privado, em detrimento do interesse público, perante a administração fazendária;

V - confiar a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

VI - retirar objetos de órgãos estaduais sem autorização da autoridade competente;

VII - reter livro ou documento de contribuinte além dos prazos necessários à execução do serviço fiscal, exceto se constituir prova de ilícito tributário;

VIII - utilizar atestado médico ou laudo de Junta Médica ideologicamente falsos;

IX - opor resistência injustificada ao trâmite de documento, processo ou execução de serviço;

X - atribuir a outrem erro próprio ou prejudicar deliberadamente a reputação de outro servidor ou contribuinte, sabendo-o inocente;

XI - exercer assédio moral ou submeter servidor a situação humilhante;

XII - recusar-se a entregar a declaração de que trata o art. 103;

XIII - ofender fisicamente servidor ou particular em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XIV - ofender moralmente servidor ou particular em serviço;

XV - conduzir tendenciosamente processo administrativo disciplinar.

§ 1º. Aplicar-se-á a pena de suspensão no caso de reincidência na falta que tenha resultado em pena de repreensão, considerado o contido no art. 105.

§ 2º. O Auditor Fiscal suspenso perderá as vantagens decorrentes do exercício do cargo, enquanto durar a suspensão.

§ 3º. Desde que não seja reincidente, a pedido do Auditor Fiscal, a pena de que trata este artigo será convertida em multa pecuniária correspondente a cinquenta por cento da remuneração, mediante comparecimento regular ao trabalho, mantendo em seus registros a aplicação da pena de suspensão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção IV Demissão

Art. 110. A pena de demissão será aplicada nos casos de:

- I - falta disciplinar prevista também como crime contra a Administração Pública;
- II - abandono de cargo ou inassiduidade habitual;
- III - lesão aos cofres públicos;
- IV - dilapidação do patrimônio do Estado;
- V - retirar, modificar, extinguir ou substituir indevidamente qualquer documento ou registro, eletrônico ou não, com o fim de alterar a verdade dos fatos;
- VI - apresentar documento ou registro falso, eletrônico ou não, com o fim de alterar a verdade dos fatos;
- VII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;
- VIII - revelar dolosa e indevidamente informação protegida por sigilo, da qual tem ciência em razão do cargo ou função, salvo em casos autorizados por lei;
- IX - exercer pressão, ameaça ou assédio moral sobre outrem, a fim de proteger ou acobertar conduta irregular própria ou de outro agente público;
- X - deixar de entrar em exercício no prazo previsto no art. 28, após empossado;
- XI - entregar, mediante ação ou omissão dolosa, comprovadamente falsa, a declaração de que trata o art. 103.

§ 1º. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, não justificada, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º. Considera-se inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias não consecutivos, durante um período de doze meses.

Seção V Cassação de Aposentadoria





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 111. Será cassada a aposentadoria, respeitados os prazos prescricionais, mediante processo regular, garantida a ampla defesa, se ficar provado que o Auditor Fiscal, durante o exercício do cargo, praticou falta que teria sido punida com demissão.

CAPÍTULO VI PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Seção I Disposições Preliminares

Art. 112. A autoridade que tiver conhecimento de fato irregular no serviço público, em sua esfera de competência, deverá, motivadamente, instaurar procedimento disciplinar:

I - mediante sindicância, que terá natureza meramente investigatória e sem caráter punitivo, para:

- a) definição da existência do fato irregular;
- b) determinação da presunção de autoria;
- c) indicação do possível dispositivo legal infringido.

II - mediante processo administrativo disciplinar, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando a sindicância concluir pela abertura do processo ou quando todos os requisitos do inciso anterior forem provados documentalmente ou confessados.

§ 1º. A autoridade administrativa poderá propor a instauração do processo administrativo disciplinar, mesmo tendo a comissão de sindicância concluído pelo arquivamento da sindicância, desde que, mediante ato motivado, demonstre incoerência entre os elementos de prova e a conclusão apresentada no relatório, observado o disposto no art. 116 e inciso I do art. 145.

§ 2º. Na hipótese de abertura de processo administrativo disciplinar em que se dispensar a investigação prévia mediante sindicância, dever-se-á fazer constar do documento que fundamentar a instauração do processo, expressamente, os requisitos das alíneas do inciso I, respeitadas as exigências de prova ou confissão do inciso II.

§ 3º. A autoridade competente comunicará à Corregedoria da CRE a instauração dos procedimentos disciplinares a que se refere este artigo.

§ 4º. Os prazos relativos aos procedimentos disciplinares serão contínuos, excluindo-se de sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 5º. Os prazos de que trata o § 4º só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na unidade administrativa em que transcorra o procedimento ou deva ser praticado o ato.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 113. Suspende-se o pagamento da remuneração do Auditor Fiscal que não comparecer a comissão disciplinar para a qual for convocado, salvo motivo justificado.

Art. 114. Será verificado obrigatoriamente o fato irregular, objeto de denúncia escrita ou reduzida a termo e assinada, que contiver a qualificação do denunciante, as informações sobre o fato e a sua autoria, e a indicação de provas, na forma do parecer do Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 115. São competentes para instauração de sindicância:

I - o Diretor da CRE;

II - os Delegados Regionais nas respectivas delegacias.

Art. 116. O Secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para instauração de processo administrativo disciplinar, podendo solicitar manifestação do Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 117. Serão assegurados transporte e diárias ao Auditor Fiscal cujo deslocamento seja necessário para solução da sindicância ou do processo administrativo disciplinar.

Seção II Sindicância

Art. 118. Para compor a comissão de sindicância serão designados três Auditores Fiscais estáveis, indicando-se, entre estes, o presidente.

Parágrafo único. O presidente da sindicância será de classe igual ou superior a do suposto autor do fato tido como irregular e designará o membro que irá secretariar.

Art. 119. Os integrantes da comissão de sindicância deverão iniciá-la até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Art. 120. O prazo para conclusão da sindicância será de quarenta e cinco dias, prorrogável, motivadamente, por igual período, mediante despacho da autoridade que a tenha instaurado.

Art. 121. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento;

II - instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 122. A inexistência de um dos requisitos das alíneas do inciso I do art. 112 implicará arquivamento da sindicância, que poderá, contudo, ser renovada a qualquer tempo,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



mediante surgimento de novos elementos, observado o prazo prescricional, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 112.

Art. 123. Encerrada a sindicância, o procedimento será devolvido à autoridade que o instaurou para conhecimento e posterior encaminhamento ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 124. O Conselho Superior dos Auditores Fiscais analisará o procedimento, ordenando o seu saneamento, se necessário, e, após emissão de parecer, o encaminhará ao Secretário de Estado da Fazenda para decisão sobre instauração de processo administrativo disciplinar ou arquivamento.

Seção III

Processo Administrativo Disciplinar

Art. 125. O processo administrativo disciplinar destina-se a apurar responsabilidade de Auditor Fiscal por infração relacionada ao exercício de suas atribuições, instruído desde logo pelos autos de sindicância ou pelo relato da irregularidade constatada.

Art. 126. O ato instaurador do processo administrativo disciplinar designará, para compor a comissão processante, três Auditores Fiscais estáveis.

Parágrafo único. O presidente da comissão será de classe igual ou superior a do suposto autor do fato tido como irregular e indicado no mesmo ato.

Art. 127. Os integrantes da comissão de processo administrativo disciplinar deverão iniciar os trabalhos até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Parágrafo único. O presidente poderá indicar o secretário dentre os membros da comissão, ou outro Auditor Fiscal, mediante compromisso formal.

Art. 128. O prazo para a conclusão do processo é de noventa dias contados da ciência do indiciado, prorrogável, motivadamente, por igual período, mediante despacho à autoridade que o tenha instaurado.

§ 1º. Em caráter excepcional, o prazo de cento e oitenta dias previsto no caput poderá ser prorrogado pela autoridade competente por até igual período, desde que o pedido ocorra antes de seu vencimento e seja devidamente motivado pela comissão.

§ 2º. A autoridade administrativa que instaurou o processo poderá autorizar o seu sobrestamento temporário, por uma única vez, para solução de questão que extrapole a competência da comissão e da qual dependa a sua conclusão, ficando o prazo prescricional sujeito ao contido no § 1º do art. 141.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 3º. A não observância do prazo para a conclusão do processo não acarretará a sua nulidade, importando, porém, responsabilização dos membros da Comissão.

Art. 129. O processo administrativo disciplinar desenvolver-se-á conforme segue:

I - lavrar-se-á termo de indicição contendo a descrição pormenorizada da irregularidade cometida, em tese, e o dispositivo legal infringido, com base no parecer da sindicância ou com base nos respectivos documentos, se o fato irregular for confessado ou provado;

II - dar-se-á ciência do termo de indicição e dos seus anexos ao indiciado, mediante recibo em suas cópias, com notificação para entregar defesa prévia, momento em que deverá apresentar as provas de que dispuser, requerer perícias e diligências, arrolar testemunhas, no máximo oito, concedendo-se-lhe prazo de dez dias a contar da data da ciência;

III - na hipótese de haver dois ou mais indiciados, o prazo a que se refere o inciso anterior será comum e de vinte dias;

IV - findo o prazo estabelecido nos incisos II e III, caso o indiciado não constitua advogado para sua defesa, nomear-se-á defensor dativo, pertencente à classe fiscal, bacharel em Direito, com renovação do prazo;

V - facultar-se-á ao indiciado, bacharel em Direito, o exercício de sua própria defesa, desde que formalize expressamente esta opção;

VI - notificar-se-ão as testemunhas arroladas pela comissão processante e pelos indiciados, marcando-se data, hora e local para as oitivas;

VII - a comissão ou o indiciado poderá desistir de ouvir as suas testemunhas, caso em que, se arroladas pelo indiciado, deverá constar do processo declaração neste sentido;

VIII - se as testemunhas arroladas pelo indiciado não forem encontradas e este, após cientificado, não as apresentar ou deixar de apresentar outras no prazo de três dias, prosseguir-se-á com o processo;

IX - ouvir-se-ão, primeiramente, as testemunhas convocadas pela comissão processante e depois as indicadas pelo indiciado;

X - na hipótese de depoimentos contraditórios, ou que se infirmem, proceder-se-á acareação entre os depoentes;

XI - concluída a inquirição das testemunhas, promover-se-á o interrogatório do indiciado, separadamente, se for mais de um;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XII - notificar-se-á o indiciado das datas das oitivas e do interrogatório, com antecedência mínima de três dias úteis;

XIII - o procurador dos indiciados poderá assistir à inquirição de testemunhas e ao interrogatório, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão;

XIV - terminada a fase das oitivas, o indiciado terá três dias úteis após o interrogatório para complementar os pedidos de perícias e diligências, indicando expressamente os fins a que se destinam;

XV - a comissão processante decidirá, no prazo de três dias úteis após juntada do requerimento, se os pedidos de perícias e diligências visam produzir efeito meramente protelatório, cientificando o indiciado desta decisão, ou determinando a realização do requerido;

XVI - a comissão, igualmente, poderá determinar perícias e diligências para deslinde das questões suscitadas;

XVII - esgotado o prazo mencionado no inciso XIV, sem requerimento de perícias ou diligências, ou concluídas as diligências requeridas e ordenadas, assim como atendido o pedido de reinquirição de testemunhas, serão abertas vistas do processo ao indiciado, para que apresente as alegações finais no prazo de dez dias, ou no prazo comum de vinte dias se houver mais de um indiciado;

XVIII - a comissão elaborará relatório com parecer conclusivo, no qual resumirá as principais peças do processo e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

XIX - reconhecida a responsabilidade, a comissão consignará no parecer o dispositivo legal infringido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, e a penalidade que entende cabível, motivadamente;

XX - se no curso do processo houver elementos de convicção que permitam concluir por fato irregular diverso do contido no termo de indicição, será expedido novo termo, cientificando o indiciado, conforme inciso II, reabrindo-se os demais prazos subsequentes;

XXI - ao Auditor Fiscal que for indiciado no curso do processo, garantir-se-á a reabertura dos prazos e a aplicação dos procedimentos previstos nesta seção;

XXII - o indiciado, ou o procurador devidamente habilitado, terá direito a vistas dos autos em qualquer momento do processo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XXIII - após elaborado o termo de encerramento, o processo será remetido ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

§ 1º. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do indiciado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

§ 2º. O incidente de sanidade mental referido no § 1º será processado em apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 3º. No caso de recusa do indiciado em apor o ciente no termo de indicição ou na notificação para entrega de defesa prévia, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de duas testemunhas.

Art. 130. O Conselho Superior dos Auditores Fiscais analisará o processo e determinará o seu saneamento, se for o caso, ou emitirá parecer conclusivo e remeterá o processo para decisão da autoridade competente, no prazo de noventa dias.

§ 1º. Na hipótese de o Conselho Superior dos Auditores Fiscais verificar, durante a análise mencionada no caput, a condução do processo administrativo disciplinar em desacordo com o procedimento previsto nesta Lei, poderá propor, motivadamente, a sua anulação.

§ 2º. Decidindo o Secretário de Estado da Fazenda pela anulação do processo administrativo disciplinar, designará nova comissão para apuração dos fatos.

Art. 131. A autoridade que instaurar o procedimento encaminhará os respectivos autos ao Ministério Público na hipótese da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar concluir que o fato apurado configura crime contra a Administração Pública.

Seção IV Pedido de Reconsideração

Art. 132. É cabível pedido de reconsideração em processo administrativo disciplinar, que será dirigido à autoridade que tenha proferido a decisão:

I - no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão interlocutória;

II - no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão final.

Art. 133. Do pedido de reconsideração não poderá resultar agravamento da pena.

Seção V Revisão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 134. O processo administrativo disciplinar de que resulte sanção poderá ser revisto, a qualquer tempo, de ofício ou a pedido, quando surgir fato novo ou circunstância relevante, suscetível de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º. Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

§ 2º. A revisão processar-se-á em apenso ao processo originário.

§ 3º. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da pena.

Art. 135. O pedido de revisão, encaminhado à autoridade que aplicou a pena, deverá indicar as provas que se pretende produzir e o rol de testemunhas, se for o caso.

Parágrafo único. Deferida a revisão, a autoridade determinará a designação de comissão revisora.

Art. 136. O Secretário de Estado da Fazenda designará três Auditores Fiscais estáveis, que não tenham atuado em qualquer fase do procedimento anterior, para compor a comissão de que trata o parágrafo único do art. 135.

Art. 137. A comissão deverá elaborar parecer conclusivo, no prazo de sessenta dias, prorrogável, motivadamente, por, no máximo, igual prazo.

Parágrafo único. Concluído o encargo da comissão, o processo será encaminhado ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais para análise, nos termos do inciso II do art. 145.

Art. 138. O processo será encaminhado para decisão à autoridade competente.

Parágrafo único. A decisão da revisão poderá tornar sem efeito a pena aplicada ou aplicar outra de menor gradação, restabelecendo-se os direitos atingidos.

Art. 139. Aplicam-se, subsidiariamente, as regras do processo administrativo disciplinar ao de revisão.

Seção VI Prescrição

Art. 140. Prescreverá:

I - em um ano, a falta punível com repreensão;

II - em dois anos, a falta punível com suspensão;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria.

Parágrafo único. Se a falta também for prevista na lei penal como crime, prescreverá com este.

Art. 141. A prescrição começa a contar:

I - no dia em que a falta for cometida;

II - nas faltas continuadas ou permanentes, no dia em que tiver cessado a continuação ou permanência.

§ 1º. O curso da prescrição suspende-se na hipótese do § 2º do art. 128, voltando a correr no dia em que a autoridade administrativa for cientificada da solução da questão que justificara o sobrestamento do processo ou pelo decurso do prazo de dois anos, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

§ 2º. O curso da prescrição interrompe-se na data da instauração de processo administrativo disciplinar e na data da publicação da decisão recorrível.

CAPÍTULO VII CONSELHO SUPERIOR DOS AUDITORES FISCAIS Seção I Composição

Art. 142. O Conselho Superior dos Auditores Fiscais - CSAF, diretamente subordinado ao Secretário de Estado da Fazenda, é o órgão consultivo e deliberativo sobre as questões funcionais e disciplinares relacionadas à carreira do Auditor Fiscal.

Art. 143. O Conselho Superior dos Auditores Fiscais será composto por cinco Auditores Fiscais, em efetivo exercício e com no mínimo dez anos na carreira, designados pelo Secretário de Estado da Fazenda, da seguinte forma:

I - o presidente, indicado pelo Secretário de Estado da Fazenda, dentre os integrantes da classe de Auditores Fiscais I;

II - dois Auditores Fiscais indicados em lista sêxtupla do Diretor da CRE;

III - dois Auditores Fiscais indicados em lista sêxtupla da entidade da classe.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Superior dos Auditores Fiscais terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 144. Serão nomeados como suplentes dois Auditores Fiscais das respectivas listas sêxtuplas, que atuarão nos impedimentos dos respectivos titulares.

Parágrafo único. Ao Presidente e aos membros do Conselho Superior dos Auditores Fiscais será atribuída gratificação por participação efetiva em cada sessão do Conselho, até o limite de sete sessões mensais, conforme valor constante no na Tabela II do Anexo III.

Seção II Competência

Art. 145. Ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais compete:

- I - analisar procedimento de sindicância e propor à autoridade competente o arquivamento ou a abertura de processo administrativo disciplinar, observado o disposto no art. 124;
- II - determinar o saneamento, se for o caso, e emitir parecer em processo administrativo disciplinar, para remessa à autoridade competente;
- III - emitir parecer prévio em pedidos de recurso relativos:
 - a) aos afastamentos de que tratam os incisos II a IV do art. 30;
 - b) a remoção de ofício de que trata o inciso III do art. 31;
 - c) a decisão denegatória de concessão de licença para trato de interesses particulares de que trata o art. 90.
- IV - realizar estudos técnicos visando a melhoria da carreira de Auditor Fiscal;
- V - outras atividades correlatas, conforme dispuser o Regimento de que trata o art. 146.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III:

- a) os recursos não terão efeito suspensivo;
- b) o Conselho Superior dos Auditores Fiscais emitirá parecer conclusivo e encaminhará o processo para decisão do Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 146. O Regimento do Conselho Superior dos Auditores Fiscais será aprovado por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

CAPÍTULO VIII CORREGEDORIA DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Seção I Composição

Art. 147. A Corregedoria da CRE é órgão de correção e controle interno, diretamente subordinada ao Diretor da CRE, e deve atuar nas unidades administrativas para garantir a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência dos atos fiscais e administrativos praticados por Auditores Fiscais.

Parágrafo único. Ato do Secretário de Estado da Fazenda regulará o funcionamento da Corregedoria da CRE, obedecidos os princípios éticos e morais.

Art. 148. A Corregedoria será integrada exclusivamente por Auditores Fiscais da CRE, sendo nomeados um Corregedor-Geral e quatro Corregedores, dentre os funcionários em atividade que tenham pelo menos dez anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único. Os Auditores Fiscais nomeados para os cargos de Corregedor-Geral e de Corregedor terão assegurados o exercício do mandato por dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Seção II Competência

Art. 149. À Corregedoria compete:

I - planejar, determinar, executar, controlar, orientar e avaliar ações de auditoria, relativas à eficiência nas unidades da CRE e nas atividades funcionais de seus servidores;

II - planejar, determinar, executar, controlar, orientar e avaliar ações de correção, relativas à ética e à disciplina nas unidades da CRE e nas atividades funcionais de seus servidores;

III - relatar ao Diretor da CRE irregularidade funcional detectada que enseje a abertura de sindicância e de procedimento administrativo disciplinar;

IV - receber e propor a apuração de denúncia de irregularidade que envolva servidor, vedado o anonimato;

V - manter a documentação produzida ou recebida em razão de suas atribuições, zelando pelo sigilo que deve merecer seu conteúdo;

VI - zelar pela respeitabilidade e credibilidade da CRE, sugerindo medidas de natureza administrativa que visem a sanear ocorrências negativas à imagem da instituição ou ao seu adequado funcionamento, e garantir a manutenção da missão, da visão e dos valores institucionais;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

VII - diligenciar em qualquer órgão e entidade, público ou particular, inclusive junto a contribuinte, para obtenção de dados e informações de interesse disciplinar, concernentes às atribuições da Corregedoria, respeitadas as normas referentes à quebra de sigilo, analisando-os em caráter reservado.

§ 1º. É vedado ao Auditor Fiscal lotado na Corregedoria:

- a) lavrar auto de infração;
- b) integrar o Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

§ 2º. A Corregedoria deverá ser informada da instauração e do resultado de qualquer procedimento administrativo para apuração de irregularidade atribuída a servidores da CRE.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 150. Observado o disposto no art. 7º, os cargos de Agentes Fiscais passam a ser denominados Auditores Fiscais, de acordo com a seguinte correlação:

- I - Agente Fiscal 3-A-I, A-II, A-III, e A-IV para Auditor Fiscal "A" - AF-A;
- II - Agente Fiscal 3-B-I, B-II, B-III e B-IV para Auditor Fiscal "B" - AF-B;
- III - Agente Fiscal 3-C-I, C-II, C-III e C-IV para Auditor Fiscal "C" - AF-C;
- IV - Agente Fiscal 2-A-I, A-II, A-III, e A-IV para Auditor Fiscal "D" - AF-D;
- V - Agente Fiscal 2-B-I, B-II, B-III e B-IV para Auditor Fiscal "E" - AF-E;
- VI - Agente Fiscal 2-C-I, C-III, C-III e C-IV para Auditor Fiscal "F" - AF-F;
- VII - Agente Fiscal 1-A-I, A-II, A-III e A-IV para Auditor Fiscal "G" - AF-G;
- VIII - Agente Fiscal 1-B-I, B-II, B-III e B-IV para Auditor Fiscal "H" - AF-H;
- VIII - Agente Fiscal 1-B-I, B-II, B-III e B-IV para Auditor Fiscal "H" - AF-H;
- IX - Agente Fiscal 1-C-I, CII, CIII e C-IV para Auditor Fiscal "I" - AF-I.

§ 1º. A nova denominação de que trata este artigo aplicar-se-á também aos Agentes Fiscais aposentados e geradores de pensão.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º. Os Agentes Fiscais que se encontravam em estágio probatório em 1º de julho de 2002 e os que ingressaram posteriormente serão enquadrados na classe inicial da carreira.

Art. 151. Após aplicado o disposto no art. 150, os Auditores Fiscais ativos em 6 de julho de 2002 ficam promovidos naquela data para a mesma classe em que se encontravam de acordo com a Lei Complementar n. 92, de 5 de julho de 2002.

Art. 152. Após aplicado o disposto no art. 151, os Auditores Fiscais ativos em 1º de julho de 2009 ficam promovidos naquela data para a mesma classe em que se encontravam de acordo com a Lei Complementar n. 92/02.

Art. 153. Para fins do disposto no art. 151 ficam dispensados os requisitos estabelecidos pelo art. 36.

Art. 154. Para fins do disposto no art. 152 ficam dispensados os requisitos estabelecidos pelo art. 36, exceto em relação ao inciso II.

Art. 155. O termo inicial para contagem do interstício para as promoções posteriores será 1º de julho de 2009.

Art. 156. A classe de "Agente Fiscal 4 - AF-4" passa a ser denominada "Auditor Fiscal 4 - AF-4" e não terá novo provimento, extinguindo-se tão logo fique totalmente vaga.

Art. 157. Os valores do Anexo IV entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2011 substituindo o Anexo I para todos os efeitos legais e previsões desta Lei Complementar.

Art. 158. Os dispositivos desta Lei referentes aos filhos são aplicáveis também aos casos de adoção, tutela ou guarda judicial, aplicando-se subsidiariamente a legislação que regule a matéria, desde que não contrarie as normas especiais contidas nesta Lei.

Art. 159. Os recursos previstos para implantação desta Lei Complementar estão contemplados no Plano Plurianual de Ação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e correrão à conta da dotação orçamentária 293004129222077, fonte 100 e 147, rubricas 31901100, 31901600 e 33903609 e da dotação orçamentária 270109272999056, fonte 000, rubrica 31900104.

Art. 160. São aplicáveis aos Auditores Fiscais, subsidiariamente, as disposições gerais referentes aos funcionários civis do Estado, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

Art. 161. As disposições constantes desta Lei não autorizam a restituição de valores percebidos sob a égide da Lei Complementar n. 92/02.

Art. 162. Fica revogada a Lei Complementar n. 92/02.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 163. A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de julho de 2002, em relação aos artigos 1º, 2º, 7º, 9º, 150, 156 e 161.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 28 de setembro de 2010.

Orlando Pessuti
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

Allan Jones dos Santos
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Ney Caldas,
Chefe da Casa Civil



ANEXO II
QUOTAS DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

TABELA I - CARGOS EM COMISSÃO

Cargos	Símbolo	%	Quant	Valor
Diretor	A	100,0%	1	1,90
Inspetor Geral	B	94,0%	3	1,79
Assessor	B	94,0%	4	1,79
Corregedor-Geral	B	94,0%	1	1,79
Presidente do Conselho dos Auditores Fiscais	B	94,0%	1	1,79
Delegado Regional da Receita	C	91,0%	10	1,73
Representante do Estado do Paraná na Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS	C	91,0%	1	1,73
Assistente Técnico	C	91,0%	27	1,73
Consultor Técnico	C	91,0%	5	1,73
Assessor da Delegacia Regional da Receita, Auxiliar Técnico e Corregedor	D	88,0%	36	1,67
TOTAL			89	

TABELA II - CARGOS EFETIVOS

Cargo	Classe	%	Quant	Valor
Auditor Fiscal	AF I	80,0%		1,52
Auditor Fiscal	AF H	76,0%		1,44
Auditor Fiscal	AF G	72,0%		1,37
Auditor Fiscal	AF F	68,0%		1,29
Auditor Fiscal	AF E	64,0%		1,22
Auditor Fiscal	AF D	60,0%		1,14
Auditor Fiscal	AF C	56,0%		1,06
Auditor Fiscal	AF B	52,0%		0,99
Auditor Fiscal	AF A	48,0%		0,91
Auditor Fiscal	AF-4	35,0%		0,67
TOTAL			1.350	

**Decreto 3828 - 19 de Novembro de 2008**

Publicado no Diário Oficial nº 7853 de 19 de Novembro de 2008

Súmula: Dispõe sobre a gratificação pelo exercício de encargos especiais, concedida a ocupantes de cargos da parte permanente do quadro de pessoal, dos órgãos do Poder Executivo, nos valores da tabela anexa ao Decreto.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º. A gratificação pelo exercício de encargos especiais, de que tratam os artigos 172, Inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, poderá ser concedida a ocupantes de cargos da parte permanente do quadro de pessoal, de que trata o § 1º do art. 14, da Lei supra mencionada, dos órgãos do Poder Executivo, nos valores constantes da tabela anexa ao presente Decreto.

Parágrafo único - Constitui-se em requisito para a concessão da presente gratificação, a execução das atividades em caráter exclusivo e diretamente ligadas à Governadoria, em especial ao Gabinete do Governador, Vice-Governadoria, Casa Civil, Casa Militar, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Procuradoria Geral do Estado - PGE.

(Incluído pelo Decreto 1783 de 15/08/2011)

Art. 2º. A tabela de gratificação pelo exercício de encargos especiais é estruturada em 30 níveis, obedecendo a seguinte aplicação:

Art. 3º. A gratificação de encargos especiais, prevista no art. 1º será paga em valor fixo, de acordo com a simbologia do cargo, tendo como base a tabela anexa ao Decreto nº 5.966/2006, acrescida de igual valor.
(Redação dada pelo Decreto 1783 de 15/08/2011)

Art. 2º. A gratificação de encargos especiais prevista no art. 1º será paga em valor fixo, de acordo com a simbologia do cargo, tendo como base a tabela vigente, acrescida de trinta por cento para os cargos de simbologia "DAS" e "C".

(Redação dada pelo Decreto 2971 de 11/10/2011)

§ 1º A gratificação pelo exercício de encargos especiais, de que trata o inciso VI do artigo 15 da Lei nº 13.866/2002, na forma da redação dada pelo artigo 6º da Lei 16.814/2011, fica fixada somente para funcionários efetivos, lotados e em exercício na Governadoria do Poder Executivo, nos termos do quanto disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 3.828/2008, na forma do Anexo Único deste Decreto, ficando revogada a tabela constante do Anexo II, do Decreto nº 1.783/2011.

(Incluído pelo Decreto 2971 de 11/10/2011)

§ 2º Os funcionários efetivos alocados e em exercício na Governadoria, que percebem a gratificação de encargos especiais, terão os valores ajustados automaticamente dentro da nova tabela, segundo a carreira a que pertencam.

(Incluído pelo Decreto 2971 de 11/10/2011)

I - o nível 1G, é destinado aos ocupantes de cargos e funções de Diretor Geral de Secretarias de Estado, Diretor de Autarquias, Diretor de Presidência e Reitor de Universidades Estaduais;

I - o nível 1G, é destinado aos ocupantes de cargos e funções de Diretor Geral de Secretarias de Estado, Reitor de Universidades Estaduais e, para os Diretores Presidentes ou equivalentes e demais Diretores de Autarquias, o valor do nível 1G, poderá ser acrescido, em 62% (sessenta e dois por cento) e em 43% (quarenta e três por cento), respectivamente.

(Redação dada pelo Decreto 4281 de 18/02/2009)

II - os níveis de 2G a 7G, são destinados aos ocupantes de cargos e funções em nível de assessoramento superior, diretores, chefias, coordenadores e cargos comissionados de simbologia DAS;

III - os níveis 07G a 12G são destinados aos ocupantes de cargos comissionados de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C;

IV - os níveis 09G a 13G, são destinados aos ocupantes de cargos comissionados de Assistente de Grupo Setorial, símbolo 2-C;

V - os níveis 11G a 15G, são destinados aos ocupantes de cargos comissionados de Chefe de Centro de Comunicação Social, símbolo 1-C;

VI - o nível 7G, é destinado aos ocupantes de cargos comissionados de Chefe de Núcleo Regional, símbolo DAS-5, e nível 14G, para os ocupantes de cargos comissionados de Inspetor Estadual de Ensino, símbolo 1-C, da Secretaria da Educação;

VII - os níveis de 6G a 25 G, são destinados aos ocupantes de cargos e funções intermediárias de direção,



assessoramento intermediário e chefias intermediárias e cargos comissionados de simbologia de 1-C a 10-C;

VIII - os níveis de 15G a 30G, são destinados aos ocupantes de cargos e funções de assessoramento e cargos comissionados de simbologia 11-C a 15-C.

Art. 3º. A vantagem de que cuida o artigo primeiro, é incompatível com as gratificações pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e pela prestação de serviços extraordinários referidas no artigo 172, da Lei nº 6.174/70.

Art. 4º. As disposições do presente Decreto não se aplicam aos cargos de provimento em comissão da Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 5º. Os atos de concessão do benefício previsto neste Decreto, obedecerão o grau de complexidade das funções para qual o funcionário está sendo designado, e dependerão de prévia e expressa autorização do Governador do Estado, mediante proposta do titular do órgão de origem.

Art. 6º. Os atos de concessão da vantagem prevista neste Decreto dependerão de prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta e requerimento, conforme formulário constante no anexo III.

(Redação dada pelo Decreto 1783 de 15/06/2011)

Art. 6º. O servidor que, por qualquer motivo, vier a prestar serviços fora do âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado, deixará de perceber a gratificação regulamentada por este Decreto, pelo tempo em que perdurar o afastamento.

Art. 7º. Os funcionários vinculados a cargos comissionados e efetivos alocados na Governadoria, que percebem a gratificação de encargos especiais terão os valores ajustados automaticamente dentro da nova tabela em valor igual ou imediatamente superior ao atualmente percebido.

Parágrafo único. As gratificações concedidas em desacordo com o presente instrumento, serão mantidas até a vacância do cargo, ou revogação de concessão.

Art. 8º. A Secretaria de Estado da Administração, através dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais e unidades equivalentes, velará pela fiel execução do disposto neste Decreto, providenciando, nos casos de descumprimento desta norma, a aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 outubro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de novembro de 2008, 187º da Independência e 120º da República.


Roberto Requão
Governador do Estado

Mário Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iateuro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

 [anexo50058_13269.pdf](#)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 18457 - 27 de Abril de 2015

Publicado no Diário Oficial nº 9440 de 28 de Abril de 2015

Súmula: Regulamentação do Quadro Próprio e cargos comissionados do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/Pr.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I **QUADRO PRÓPRIO DO DETRAN/PR** **CAPÍTULO I** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1. O Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná- QPDE, constituído por cargos públicos de provimento efetivo, com quantidades fixadas por cargo e classe, na forma do Anexo I desta Lei, será composto por três carreiras, assim denominadas:

I - carreira de Analista de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Analista de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências;

II - carreira de Técnico de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Técnico de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências;

III - carreira de Auxiliar de Atividades de Trânsito, composta pelo cargo de Auxiliar de Atividades de Trânsito, estruturada em três classes com doze referências.

§1º São integrantes do QPDE, regulamentado por esta Lei, os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002, alocados no Detran/Pr, que assim optarem na forma do parágrafo único do art. 36 desta Lei.

§2º A carreira referida no inciso III deste artigo constará no QPDE em extinção.

§3º As quantidades de cargos vagos na classe poderão ser redistribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

CAPÍTULO II **DA CONCEITUAÇÃO ESTRUTURAL DA CARREIRA DO QPDE**

Art. 2. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - carreira: agrupamento de cargos, escalonados em classes e referências, constantes em tabela de referência de vencimento;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

II - cargo: é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas ao servidor, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

IV - grau de complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

V - provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VI - progressão: é a passagem do servidor estável de duas referências salariais imediatamente superiores na mesma classe, limitada à referência final da classe.

VII - promoção: passagem do servidor público estável, e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, de acordo com Tabela de Referência de Vencimento, podendo ser concedida por titulação ou antiguidade;

VII - promoção: passagem do servidor público estável, e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, de acordo com Tabela de Referência de Vencimento, podendo ser concedida por titulação ou antiguidade;

VIII - realocação: movimentação funcional dentro do mesmo órgão, observados os critérios previamente estabelecidos pelo titular do Detran/Pr, ficando condicionada ao juízo de conveniência e interesse da administração pública, a pedido do funcionário ou ex-offício.

IX - Tabela de Referência de Vencimento: é a sequência escalonada verticalmente de referências do vencimento do cargo, dividida em três classes;

X - amplitude salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final;

XI - vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei;

XII - remuneração ou vencimentos: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



XIII - Interstício: é o prazo mínimo exigido para solicitar nova promoção ou progressão;

XIV - Perfil Profissiográfico: é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e funções.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO E PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

Art. 3. O Ingresso no QPDE se dará mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, observada a escolaridade estabelecida no Anexo II desta Lei, podendo integrar a seleção o exame psicológico, passível de delegação sob supervisão do órgão da administração de pessoal do Poder Executivo, bem como Curso de Formação, exceto para cargo/função em extinção.

§1º A inspeção médica precederá o Ingresso no serviço público estadual.

§2º A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§3º O Curso de Formação, quando houver, terá caráter eliminatório ou classificatório.

§4º Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função poderão ser previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4. O Ingresso na carreira se dará na classe e referência inicial e de acordo com as exigências previstas para o cargo e função.

Art. 5. Será adotado o Perfil Profissiográfico para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades do Detran/Pr, formação, capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§1º O Perfil Profissiográfico completo será encaminhado para publicação pelo Detran/Pr no prazo de até doze meses a partir da edição desta Lei, por meio de resolução conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - Seap e da Casa Civil, com participação do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - Detran/Pr.

§2º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissiográfico poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de resolução conjunta nos moldes da resolução que regulamentar o Perfil Profissiográfico.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 6. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do Detran/Pr, em virtude de concurso público, será submetido à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório - AVDE, uma por ano, nos três primeiros anos como condição para aquisição da estabilidade.

Art. 7. O período de estágio probatório será de três anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 8. A AVDE verificará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Seap, regulamentará a AVDE.

Art. 9. A estabilidade será declarada por ato conjunto da Seap e o Detran/Pr, após encerramento do processo de AVDE.

Art. 10. A reprovação na avaliação do estágio probatório resultará na exoneração do servidor, respeitados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 11. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras do Detran/Pr é de quarenta horas semanais, com jornada de oito horas diárias, com exceção da função de médico, que será de vinte horas semanais com jornada de quatro horas diárias.

CAPÍTULO VI

DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 12. O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção, formalizado por meio de requerimento do servidor, atendendo às normas estabelecidas.

Art. 13. A progressão poderá ser concedida por titulação ao servidor estável, a cada dois anos de efetivo exercício na referência, e uma vez atendidos os seguintes requisitos:

I - cargo de Analista de Atividades de Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de oitenta horas de curso, relacionadas à sua função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo;

II - cargo de Técnico de Atividades de Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de sessenta horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - cargo de Auxiliar de Atividades Trânsito: ocorrerá por titulação, com carga horária mínima de quarenta horas de curso, relacionadas com a função ou atividade desenvolvida, em cursos reconhecidos pelo Detran/Pr ou pela Escola de Governo.

§1º Para a concessão da progressão deverá ser respeitado interstício de tempo mínimo de dois anos da última progressão.

§2º Os cursos realizados pela Escola de Governo do Paraná - Sistema Integrado de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos serão aceitos para os fins da progressão por titulação.

§3º A primeira progressão somente poderá ser requerida após o cumprimento do estágio probatório.

§4º Para fins do disposto nos termos de titulação, considera-se como cursos eventos de aperfeiçoamento ou capacitação promovidos por entidades privadas ou públicas devidamente reconhecidas no campo de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos ou nos termos de educação profissional.

Art. 14. A promoção ocorrerá alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo que na primeira promoção o servidor deverá optar pelo critério que entender mais conveniente.

§1º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontrar na Classe III com tempo mínimo de quinze anos completos de efetivo exercício.

§2º Poderá concorrer à promoção pelo critério de antiguidade o servidor que se encontrar na Classe II com tempo mínimo de vinte anos completos de efetivo exercício.

§3º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontrar na Classe III, com tempo mínimo de dez anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§4º Poderá concorrer à promoção pelo critério merecimento o servidor que se encontrar na Classe II, com tempo mínimo de vinte anos completos de efetivo exercício e titulação superior à exigida para o ingresso, na forma do § 5º deste artigo.

§5º A titulação para fins de promoção por merecimento atenderá aos seguintes critérios:

I - para os servidores ocupantes do cargo de Analista de Atividade de Trânsito, titulação compatível com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação na forma de pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado, conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

II - para os servidores ocupantes do cargo de Técnico de Atividade de Trânsito



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



a) titulação na forma de curso de ensino médio profissionalizante que não tenha sido exigência de ingresso, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de 180 (cento e oitenta) horas, compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

III - Para os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Atividade de Trânsito:

a) titulação na forma de curso de ensino médio, curso de ensino médio profissionalizante, curso pós-médio, graduação, pós-graduação, nas modalidades especialização, mestrado ou doutorado conforme a legislação que rege a matéria, realizada por instituição de ensino legalmente reconhecida;

b) cursos que perfaçam, no mínimo, somatória de oitenta horas, compatíveis com o exercício do cargo, função e/ou área de atuação.

Art. 15. O tempo a ser computado para fins de promoção observará:

I - o período de estágio probatório;

II - não contemplará tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público.

Parágrafo Único. A promoção ocorrerá somente dentro de uma mesma carreira correspondente ao cargo e função ao servidor estável.

Art. 16. A comprovação do título antiguidade se dará através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Seap em anos de efetivo exercício medido em tempo para adicional.

Art. 17. A comprovação do título merecimento se dará mediante apresentação de fotocópia autenticada frente e verso do diploma ou certificado acompanhado do histórico escolar e através dos registros disponíveis no sistema de Recursos Humanos administrados pela Seap.

Art. 18. Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico, os quais ficarão sem eficácia para os institutos de desenvolvimento na carreira.

Parágrafo Único. Cursos ministrados pelo Detran/Pr, os quais são específicos para desempenhar funções próprias do Departamento serão aceitos para promoção e progressão.

Art. 19. Os efeitos financeiros serão contados a partir da data de publicação de ato de concessão da promoção ou progressão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 20. O servidor não poderá se candidatar à promoção por titulação ou à progressão nos casos de afastamento em virtude de mandato eletivo ou disposição funcional para outras esferas do poder.

Parágrafo Único. Não haverá promoção de aposentados, geradores de pensão e servidores afastados sem remuneração.

CAPÍTULO VII

DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Art. 21. O Detran/Pr e a Escola de Governo instituirão cursos de aperfeiçoamento profissional, voltados para a capacitação e especialização do servidor na carreira, os quais observarão regulamentação estabelecida por ato próprio do Diretor-Geral do Detran/Pr.

Parágrafo Único. Os cursos terão por objetivo a formação e a capacitação profissional na busca constante da excelência dos serviços prestados.

CAPÍTULO VIII

DO VENCIMENTO, DA REMUNERAÇÃO E VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 22. A estrutura de remuneração dos servidores do Detran/Pr de cargos de provimento efetivo é composta por:

I - vencimento básico;

II - adicional por tempo de serviço;

III - salário família.

Parágrafo Único. Aplica-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a Tabela de Referência de Vencimento, na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 23. As gratificações e demais benefícios referidos neste Capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Detran/Pr, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado ou disposição funcional.

Art. 24. Será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídos por lei, a Gratificação pelo Exercício de Serviço de Trânsito Específico - Geste, I, II, III, IV e V fixada em valor unitário, como indicado nos incisos subsequentes, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas às bancas examinadoras de trânsito teórico e prático, fiscalização e inspeção veicular, exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades, na seguinte graduação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



I - Geste I: correspondente à aplicação de Exame Prático de Direção Veicular, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por exame;

II - Geste II: correspondente à aplicação de Exame Teórico, no valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por turma, limitando ao máximo de dez turmas diárias;

III - Geste III: correspondendo à prestação de Serviço de Vistoria, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

IV - Geste IV: correspondendo à prestação de Serviço de Junta Administrativa de Recursos de Defesa Prévia, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

V - Geste V: Correspondendo à R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aula, pelo desempenho e exercício de Instrutor de Curso de Reciclagem para Condutores Infratores.

Parágrafo Único. Os servidores farão jus à Geste, devendo ter conhecimentos técnicos pedagógicos, conforme critérios estabelecidos pelo Detran/Pr, e serem designados através de Portaria do Diretor-Geral do Detran/Pr.

Art. 25. A Geste será concedida aos servidores do QPDE, nos termos de ato do Chefe do Poder Executivo, e sem prejuízo de outros benefícios ou vantagens que venham a ser instituídos por Lei.

TÍTULO II

DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DOS CARGOS EM PROVIMENTO EM COMISSÃO - CC

Art. 26. Transforma um cargo de Chefe de Controladoria, símbolo DAS-5; um cargo de Assessor, símbolo DAS-5; um cargo de Chefe de Núcleo de Controle Interno, símbolo DAS-5; três cargos de Assistente de Tecnologia, símbolo 1-C; um cargo de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C; seis cargos de Assistente Técnico de Comunicação Social, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente de Coordenadoria, símbolo 4-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Assistente de Ciretran A, símbolo 7-C; cinquenta cargos de Assistente de Ciretran B, símbolo 7-C e 76 (setenta e seis) cargos de Assistente de Ciretran C, símbolo 7-C em dois cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; um cargo de Chefe de coordenadoria, símbolo DAS-5; três cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C; sete cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C; 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C; 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistente, símbolo 7-C.

Art. 27. Os cargos em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná, conforme Anexo IV desta Lei, são os seguintes:

I - um cargo de Diretor-Geral, símbolo DAS-1;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- II** - quatro cargos de Diretor, símbolo DAS-2;
- III** - um cargo de Chefe de Controladorias, símbolo DAS-5;
- IV** - um cargo de Ouvidor, símbolo DAS-5;
- V** - um cargo de Chefe de Ciretran A, símbolo DAS-5;
- VI** - um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- VII** - dois cargos de Chefe de Núcleo, símbolo DAS-5;
- VIII** - onze cargos de Chefe de Coordenadorias, símbolo DAS-5;
- IX** - dois cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- X** - quatro cargos de Assistente de Engenharia e Arquitetura, símbolo 1-C;
- XI** - doze cargos de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo 1-C;
- XII** - 24 (vinte e quatro) cargos de Chefe de Ciretran B, símbolo 1-C;
- XIII** - onze cargos de Assistente Técnico Jurídico, símbolo 1-C;
- XIV** - quatorze cargos de Assistente de Diretoria, símbolo 2-C;
- XV** - cinco cargos de Chefe de Posto, símbolo 2-C;
- XVI** - 75 (setenta e cinco) cargos de Chefe de Ciretran C, símbolo 2-C;
- XVII** - 103 (cento e três) cargos de Assistente, símbolo 4-C;
- XVIII** - 150 (cento e cinquenta) cargos de Assistentes, símbolo 7-C; e
- XIX** - um cargo de Assistente, símbolo 10-C.

CAPÍTULO II **DAS FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA**

Art. 28. As Funções de Gestão Pública do Detran/Pr, conforme Anexo V desta Lei, são as seguintes:

- I** - uma função de gestão pública de Assessor, símbolo FG-5;
- II** - duas funções de gestão pública de Assistente Técnico de Diretoria, símbolo FG-10;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III - três funções de gestão pública de Assistente de Diretoria, símbolo FG-11; e

IV - seis funções de gestão pública de Assistente de Coordenadoria, símbolo FG-13.

TÍTULO III

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE ENCARGOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DE CONFIANÇA – FCC

Art. 29. A Função Comissionada de Confiança – FCC, criada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012, exclusiva para servidores do QPDE e que, cumulativamente, exerçam atribuições de Chefe de Divisão, Chefe de Setor e Supervisão de Unidade Organizacional, passa a ser regulamentada por esta Lei, com quantidades e valores, de acordo com o Anexo VI desta Lei.

§1º A FCC é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Geral do Detran/Pr, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§2º A FCC é incompatível com cargo de provimento em comissão, funções gratificadas, Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – Tide e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

§3º A distribuição das FCCs será determinada no Regimento Interno do Detran/Pr.

Art. 30. A FCC é acessível quando preenchidas as condições previstas em lei e seus regulamentos.

§1º A FCC é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais das estruturas organizacionais formais, possuindo caráter transitório.

§2º O ato de provimento deverá ser na forma de designação da autoridade máxima da entidade, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função e denominação da função.

§3º Não poderão ser designados ocupantes para FCC em período retroativo superior a trinta dias.

Art. 31. A contribuição previdenciária do servidor cometido de FCC incidirá somente sobre a remuneração da carreira.

CAPÍTULO II

DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS – GEE





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 32. A Gratificação de Encargos Especiais criada pela Lei nº 17.466, de 2 de janeiro de 2013, exclusiva para servidores do QPDE, passa a ser regulamentada por esta Lei com valor de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

§1º A gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores lotados no Detran/Pr ocupantes de cargos efetivos, (QPDE), é instituída por atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico administrativo, relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de Interesse da área de trânsito.

§2º Para efeitos desta Lei, consideram-se como atividade técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito do Detran/Pr, tendo como objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

§3º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela percepção dos encargos especiais, ou do cargo em comissão.

§4º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

Art. 33. Não será devida a gratificação citada no art. 32 desta Lei aos servidores que se enquadram nas seguintes condições:

- I** - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus;
- II** - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;
- III** - não estiverem em efetivo exercício.

Art. 34. O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Diretor-Geral do Departamento de Trânsito.

TÍTULO IV **CAPÍTULO ÚNICO** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 35. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Detran/Pr, ouvidos os órgãos competentes.

Art. 36. Os servidores atualmente lotados no Detran/Pr têm o prazo de noventa dias para optar pelo não enquadramento no QPDE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo Único. O enquadramento no QPDE deverá obedecer a correlação de cargos e funções, na forma do Anexo VII desta Lei, na mesma classe e referência ou com valor igual ou imediatamente superior ao atualmente recebido, respeitada a correlação da classe e referência. Os servidores lotados no Departamento de Trânsito no momento da promulgação desta Lei, e optarem em permanecer no QPPE, poderão fazer jus às Gratificações e às FCCs descritas nesta Lei.

Art. 37. O primeiro procedimento de promoção e progressão deste Plano de Carreira terá início a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo.

Parágrafo Único. Os títulos utilizados pelos servidores para promoção ou progressão no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE não poderão ser utilizados novamente para fins de promoção ou progressão no Quadro Próprio do Detran/Pr - QPDE.

Art. 38. Nos casos omissos desta Lei aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 39. Será criado grupo interdisciplinar, nos moldes e prazo do art. 5º desta Lei, para apresentar estudo de necessidade de competências, quantidade e alocação de servidores, objetivando a continuidade da prestação dos serviços públicos de competência do Detran/Pr, primando pela eficiência e todos os princípios que norteiam a atividade administrativa, e de acordo com o plano estratégico definido para a entidade.

Art. 40. Os valores do vencimento, a Função Comissionada de Confiança e demais gratificações previstas nesta Lei será reajustado no mesmo percentual e nas mesmas datas previstas na Lei de reajuste geral e anual dos servidores públicos do Estado.

Art. 41. Assegura aos servidores, em afastamento funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem, respeitados os critérios definidos nesta Lei.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de abril de 2015.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei Complementar 123 - 09 de Setembro de 2008

Publicado no Diário Oficial nº. 7802 de 9 de Setembro de 2008

Súmula: Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei complementar institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

Art. 2º. Para efeitos desta lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS

Art. 3º. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do funcionário mediante remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado do Paraná, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - valorização, desenvolvimento e profissionalização dos funcionários da educação básica, reconhecendo a importância da carreira pública e de seus agentes;

II - promoção da qualidade da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa nela envolvida e seu preparo para o exercício da cidadania;

III - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;

IV - gestão democrática do ensino público estadual;

V - vencimento digno e desenvolvimento na carreira mediante merecimento, formação e qualificação profissional;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 20. O funcionário terá direito a promoção e progressão na carreira após o cumprimento do estágio probatório e desde que não esteja aposentado, em disponibilidade ou em licença sem vencimentos para trato de interesse particular.

Art. 21. Não poderá ser utilizado o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO E DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS

Art. 22. Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Agente Educacional I e Agente Educacional II da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente à classe em que se encontra na carreira, acrescido do adicional por tempo de serviço e de gratificações previstas em lei.

Parágrafo único. Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

Art. 23. O funcionário perceberá adicional por tempo de serviço, nos termos da Lei 6.174/1970.

Art. 24. O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a 20 % (vinte por cento) sobre o vencimento inicial, Classe I, do cargo de Agente Educacional II.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio transporte desobriga a Administração do fornecimento do vale transporte previsto na Lei Federal 7.418/85 e na Lei Estadual 9.490/90.

Art. 25. Será devido auxílio alimentação na forma da legislação vigente.

Art. 26. Serão concedidas as seguintes gratificações:

I - para o funcionário no exercício da função de diretor ou diretor auxiliar de estabelecimento de ensino, nos termos da Lei n.º 14.231/2003, com valor igual ao percebido pelo professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, conforme Lei Complementar n.º 103/2004.

II - para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe I, do cargo de Agente Educacional II.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 18136 - 03 de Julho de 2014

Publicado no Diário Oficial nº. 9239 de 3 de Julho de 2014



Súmula: Dispõe sobre o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde - QPSS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde conforme o disposto na presente Lei.

Art. 2º São integrantes do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde, regulamentado por esta lei os servidores estatutários, ocupantes de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei 13.666 de 05 de julho de 2002, alocados na Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

Art. 3º O Quadro Próprio dos Servidores da Saúde é formado pela carreira de Promotor de Saúde, constituída por três cargos, denominados Promotor de Saúde Profissional, Promotor de Saúde Execução e Promotor de Saúde Fundamental, com quantidades fixadas por cargo, na forma do Anexo II, entendendo-se cargo como unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, composto por funções singulares e multicupacionais, conforme relação constante do Anexo III, e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, com as seguintes características:

I - Promotor de Saúde Profissional: exigência de escolaridade de nível superior e registro profissional no órgão de classe, para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei;

II - Promotor de Saúde Execução: exigência de escolaridade de nível médio, profissionalizante ou pós-médio e registro profissional no órgão de classe, para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei;

III - Promotor de Saúde Fundamental: exigência de escolaridade de nível fundamental;

IV - Outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

§ 1º O Perfil Profissiográfico, entendendo-se como o documento formal de descrição do cargo e suas funções e das exigências a elas associadas, servirão de base para a realização de concursos públicos e efetivação do processo de avaliação especial de desempenho no estágio probatório, e serão publicados por ato conjunto dos titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e da Saúde - SESA, em até 120 dias, a contar da data da publicação desta lei.

§ 2º A mudança de função poderá ocorrer para o funcionário público estável que atender aos requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, desde que haja interesse da administração, observado o perfil profissiográfico e ocorrerá por ato conjunto dos Titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e da Saúde - SESA.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 3º A mudança de função será regulamentada, por ato conjunto dos titulares das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e da Saúde - SESA, em até 90 dias, a contar da data da publicação desta lei.

§ 4º A mudança de função por readaptação obedecerá a legislação pertinente.

Art. 4º. A estrutura de remuneração da Carreira de Promotor de Saúde é composta por:

I - vencimento básico;

II - adicional por Tempo de Serviço;

III - Salário Família; e

IV - Gratificação por Atividade de Saúde - GAS, concedida em razão do caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida aos servidores com lotação em Unidades Hospitalares e demais unidades, na forma do Anexo V desta Lei.

§ 1º Excluem-se dos efeitos do Inciso IV os servidores à disposição de outros órgãos, salvo aqueles cedidos aos municípios, que comprovadamente executem atividades em saúde, conforme disposições previstas na Lei Federal nº 8.080/90.

§ 2º A tabela de vencimento básico do QPSS é a constante do Anexo I desta Lei.

§ 3º Será concedida Gratificação pelo Serviço Extraordinário ao servidor escalado pela Administração a permanecer no trabalho além de seu horário normal, no limite de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) da remuneração mensal do servidor, com os seguintes percentuais:

I - acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em dias úteis;

II - acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da hora normal por ocasião da prestação de serviços em domingos e feriados;

III - o servidor submetido ao Regime de Trabalho em Turnos (RTT) não tem direito à percepção do adicional da hora normal, quando escalado nos domingos e feriados, salvo se extrapolar sua jornada;

IV - a Gratificação de Atividade de Saúde - GAS compõe a base de cálculo da Gratificação pelo Serviço Extraordinário e do Adicional pelo Trabalho Noturno.

§ 4º O Regime de Plantão de Sobreaviso será pago, na proporção de um terço do valor da hora normal de trabalho, ao servidor escalado previamente pela Administração a permanecer além da jornada diária, fora do local de trabalho e disponível ao pronto atendimento de Atividade de Saúde, limitada à escala de até 24 horas ininterruptas e observado o intervalo mínimo de 12 horas.

§ 5º No plantão de sobreaviso o servidor, quando chamado, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas, na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 13666 - 05 de Julho de 2002

Publicado no Diário Oficial nº. 6265 de 5 de Julho de 2002

(vide Lei 14230, de 26/11/2003) (vide Decreto 3917 de 16/02/2012) (vide Decreto 4835 de 17/05/2005)

Súmula: Institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado – QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Parágrafo único. As disposições da presente Lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Seção II Das Conceituações

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hierarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 18. Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

(vide Lei 14077, de 04/07/2003)

I - Adicional de Atividade Penitenciária – AAP: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

~~II – Adicional de Vão – AAV:~~ ~~retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;~~

~~II – Adicional de Vão – AAV:~~ ~~retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de voo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;~~

~~(Redação dada pela Lei 14077, de 04/07/2003)~~

II - Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

(Redação dada pela Lei 17225 de 12/07/2012)

~~III – Gratificação de Atividade Técnica – GAT:~~ ~~retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo Agente Profissional, para atividades de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em unidade Penal e Correccional Intra Muros – GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE;~~

III - Gratificação de Atividade Técnica e Suporte Técnico– GAST: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza transitória exclusiva dos cargos Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, vinculada a atividades técnicas e de suporte técnico de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência salarial inicial de cada classe, incompatível com o cargo de provimento em comissão, função gratificada, e demais gratificações ou adicionais previstas nesta lei, além dos Encargos Especiais e regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE a que se refere a Lei 6.174/70.

(Redação dada pela Lei 15044 de 30/03/2006)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - Gratificação de Atividade de Saúde – GAS: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica – GAT, Adicional de Atividade Penitenciária – AAP e Gratificação de Atividade em unidade Penal ou Correcional Intra Muros – GADI, não incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Atividade Artística – GAA: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, não incorporável na inatividade;

VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros – GADI: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para outros cargos e funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, não incorporável na inatividade;

VII – ...Vetado...

VII – Gratificação de Atividade Fazendária – GAF – retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo de Agente Fazendário, relativa as atividades de responsabilidade na Gestão Fiscal do Estado, exclusivamente para os funcionários alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado; e

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

VIII – ...Vetado...

VIII - Gratificação de Incentivo à Titularidade – GITI – retribuição financeira mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor básico para o cargo de Agente Profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

§ 1º. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º. O funcionário que optar pelas vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

CAPÍTULO III **Do Enquadramento**

Art. 19. Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei;

II - enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei;

~~**III** - ...Vetado...~~

III - enquadramento salarial para os ocupantes de cargos da carreira de Agente Fazendário em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo VIII desta Lei.

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**IV** - ...Vetado...~~

IV - após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário, ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado considerando a carga horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)

~~**a)** ...Vetado...~~

a) até 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial conforme previsto no inciso II deste artigo;

(Dispositivo promulgado pela Assembleia Legislativa e publicado em 16/09/2002 pela Lei 13757 de 09/09/2002)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 11713 - 07 de Maio de 1997

Publicado no Diário Oficial nº. 4997 de 7 de Maio de 1997

(vide Lei 12457, de 16/01/1999) (vide Lei 12457, de 16/01/1999) (vide Lei 13029, de 27/12/2000) (vide Lei 13518, de 27/03/2002)

Súmula: Dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO** (vide Lei 12235, de 24/07/1998)

Art. 1º. Fica criada a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná.

Art. 2º. Os cargos públicos componentes da carreira serão providos através de nomeação, com a exigência de aprovação prévia em Concurso Público de Provas e Títulos.

Art. 3º. Os atuais cargos docentes existentes nas Instituições Estaduais de Ensino Superior ficam transformados em cargos de Professor de Ensino Superior, estruturados em 05 (cinco) classes, conforme segue:

~~I - Professor Auxiliar, níveis A, B, C e D;~~

I - Professor Auxiliar
(Redação dada pela Lei 15944 de 09/09/2008)

II - Professor Assistente, níveis A, B, C e D;

III - Professor Adjunto, níveis A, B, C e D;

IV - Professor Associado, níveis A, B e C;

V - Professor Titular.

§ 1º. O ingresso na Classe de Professor Associado se dará de acordo com o estabelecido no Artigo 12 da presente Lei.

§ 2º. Os docentes terão as seguintes atribuições mínimas, respeitada a titulação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 28. A mudança de função fica condicionada a necessidade de readaptação ocupacional por determinação médica e será precedida de avaliação, observado o Perfil Profissiográfico.
(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~I- necessidade da Administração;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)* (Revogado pela Lei 17382 de 06/12/2012)~~

~~II- interesse do servidor; e~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)* (Revogado pela Lei 17382 de 06/12/2012)~~

~~III- capacitação profissional com avaliação de desempenho para o aproveitamento para a função;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)* (Revogado pela Lei 17382 de 06/12/2012)~~

Parágrafo único. Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica, serão precedidos de avaliação observado o Perfil Profissiográfico.

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006) (Revogado pela Lei 17382 de 06/12/2012)~~

Seção VI

Do Vencimento e da Remuneração

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

Art. 29. O enquadramento na nova situação dar-se-á conforme Tabela de Correlação de Cargos constante do ANEXO III.

Art. 29. A estrutura remuneratória do cargo Agente Universitário será composta de:

(Redação dada pela Lei 15050 de 12/04/2006)

Art. 29. A estrutura remuneratória da Carreira Técnica Universitária será composta de:

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

I- Vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta lei;

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

I - vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo V desta Lei;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

II- Adicional por Tempo de Serviço—ATS;

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

II - Adicional por Tempo de Serviço – ATS;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



~~III - Salário-Família; e~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

III - salário-família;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~IV - Vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

IV - vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por Lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~§ 1º. Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento básico, ao servidor que estiver na Classe I, série de classe "A" e que possua título de Doutor.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 1º. Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento) sobre seu vencimento básico, ao servidor ocupante do cargo Agente Universitário de Nível superior que estiver na Classe I e que possua título de Doutor, desde que tal título seja compatível com a área de formação ou de atuação do servidor e não tenha sido utilizado para os institutos de desenvolvimento na carreira.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~§ 2º. Fica concedida Gratificação de Saúde - GS, nos valores constantes do Anexo V desta lei, por Classe e local.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 2º. Será concedida Gratificação de Atividade de Saúde - GAS, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre e com risco de vida da atividade de saúde, cumulativamente incompatível com o recebimento de gratificação de insalubridade e periculosidade:

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~I - A gratificação prevista neste parágrafo será concedida ao funcionário pelo exercício de atividades de saúde, dado o caráter penoso e com risco de vida das tarefas desenvolvidas.~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

I - para efeito deste parágrafo, as unidades, não relacionadas no Anexo V desta Lei, deverão passar pela análise de Comissão de Avaliação instituída para este fim e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~§ 3º. Será concedida Gratificação de Tarefa de Segurança – GTS, de 1/3 de vencimento inicial da série de classe "C", da Classe III ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 3º. Será concedida Gratificação de Segurança Patrimonial – GSP, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

~~§ 4º. As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta lei;~~

~~(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)~~

§ 4º. Será concedida Gratificação de Atividade Artística - GAA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa à aquisição e manutenção de Instrumentos e de Vestuário, exclusiva para as funções de Instrumentista Musical e Músico, que atuem em Orquestra Sinfônica das Instituições de Ensino Superior;

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

I - a vantagem referida neste parágrafo não servirá de base de cálculo de outras vantagens e exclui a criação ou concessão de quaisquer outras vantagens sob o mesmo título ou fundamento;

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

II - sobre o valor da vantagem aludida neste parágrafo será imposto descontos sobre faltas;

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

III - a instauração de processo administrativo disciplinar suspende o pagamento da vantagem de que trata este artigo, a partir do indiciamento do servidor público até a conclusão final e decisão do procedimento;

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

IV - a assiduidade e a pontualidade dos funcionários da Orquestra, no exercício das funções de músico, constituem requisitos para o recebimento da vantagem aludida neste parágrafo, cujo valor se sujeita à redução, em desfavor do funcionário beneficiário, na base de:

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



a) a) 20% (vinte por cento) por falta verificada no ensaio ou outra atividade correspondente;

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

b) 40% (quarenta por cento) por falta que caracterize reincidência em ensaio ou atividade preparatória da apresentação pública do mesmo espetáculo artístico, musical ou bailado programado;

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

c) 50% (cinquenta por cento) em caso de falta verificada na apresentação pública do espetáculo artístico programado.

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

§ 5º. As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o funcionário permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

§ 5º. As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta Lei.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

§ 6º. Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

§ 6º. As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

(Redação dada pela Lei 17382 de 06/12/2012)

§ 7º. Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta Lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.

(Incluído pela Lei 17382 de 06/12/2012)

Seção VII

Do Plantão e dos Turnos

(Incluído pela Lei 15050 de 12/04/2006)

Art. 30. Os vencimentos das funções serão os constantes do ANEXO IV à presente lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 17358 - 27 de Novembro de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8846 de 27 de Novembro de 2012

Súmula: Institui a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores que atuem diretamente nas atividades técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de Interesse da área agropecuária e do meio ambiente, com fundamento no art. 172 e art. 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores ocupantes de cargos de Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, pela atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de agropecuária e do meio ambiente.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se como atividades técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Instituto Ambiental do Paraná, do Instituto das Águas do Paraná e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência, tendo por objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

Art. 2º A gratificação de que trata o artigo 1º desta Lei fica estipulada nos seguintes valores:

I - R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais) para os ocupantes do cargo de Agente Profissional;

II - R\$ 934,00 (novecentos e trinta e quatro reais) aos servidores no exercício do cargo de Agente de Execução;

III - R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) para os integrantes da carreira de Agente de Apoio.

§ 1º A gratificação tratada nesta Lei sofrerá reajuste no mesmo percentual previsto na Lei Geral Anual, por ocasião de sua revisão.

§ 2º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela percepção dos encargos especiais ou do cargo em comissão.

§ 3º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 4º O servidor lotado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento que receba o Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária - AAFA ou o Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária - AAFM não fará jus à Gratificação de Encargos Especiais.

Art. 3º Não será devida a gratificação criada no artigo 1º desta Lei aos servidores que se enquadrarem nas seguintes condições:

~~I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus, exceto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA;~~

I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus, exceto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA e Instituto de Florestas do Paraná;
(Redação dada pela Lei 17903 de 02/01/2014)

II - passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;

III - terem sofrido penalidade disciplinar durante o período de sua incidência.

Art. 4º O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, respectivamente, depois de ouvido o Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Cumpre às autoridades responsáveis por atividades de chefia, junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a constante averiguação da existência dos requisitos ensejadores da concessão dos encargos especiais, adotando, se necessário, providências para apuração de situação irregular.

Art. 6º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações necessárias.

Art. 7º Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jorge Sebastião de Bem
Secretário de Estado da Administração e da Previdência



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Jonei Nazareno Turk
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 17430 - 20 de Dezembro de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8864 de 21 de Dezembro de 2012

Súmula: Estabelece a estrutura de Funções Privativas Transitórias - FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e suas vinculadas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Função Privativa Transitória- FPT, de valor absoluto e caráter excepcional, transitório e precário, exclusiva de servidores de carreira ocupantes do Cargo Agente Profissional ocupantes das funções de Arquiteto e Engenheiro Civil, regidos pela Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002 e que desempenhem atividades de gerenciamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e arquitetura vinculados ao plano de obras dos Governos Estadual e Federal, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL.

§ 1º Conceitua-se Função Privativa Transitória como a função associada à Atividade Funcional da estrutura organizacional da ação pública por funcionário efetivo, designado por livre nomeação e exoneração do titular do órgão.

§ 2º A função é Privativa por ser destinada exclusivamente aos servidores exercentes das funções referidas no caput deste artigo e que estejam lotados na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e suas vinculadas.

§ 3º A função é Excepcional, Transitória e Precária em função de metas e outros resultados exigidos para a permanência da atribuição da Função Privativa Transitória, especificados em regulamento próprio e vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais e/ou fiscalizatórias das estruturas organizacionais formais, podendo ser suprimida a qualquer tempo e não gerando quaisquer percepções a direitos.

Art. 2º Conceitua-se Atividade Funcional como a dimensão jurídico-legal das organizações do Estado para atendimento dos objetivos institucionais voltados à Atividade Governamental Permanente, em que o ente político denominado Estado é obrigado a zelar, cuidar, prover, fomentar, proteger, impedir, proporcionar, estabelecer, preservar, promover, combater, registrar, acompanhar, regulamentar, fiscalizar, executar, entre outros, para o atendimento do interesse público.

Art. 3º A Função Privativa Transitória, criada em uma estrutura organizacional, não poderá ser utilizada em outra estrutura organizacional diferente daquela para onde foi criada.

Art. 4º A Função Privativa Transitória é identificada pelos seguintes atributos:

a) caráter de livre designação e dispensa de função;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- b) criação por lei;
- c) denominação própria;
- d) quantidade fixada de acordo com a estrutura organizacional da qual faz parte, na forma do Anexo Único desta Lei;
- e) pagamento erário.

Capítulo II

Das Condições Gerais de Assunção da Função Privativa Transitória

Art. 5º A Função Privativa Transitória é acessível quando preenchidas as condições previstas em regulamento próprio, na forma de Perfil Profissiográfico descritivo das tarefas associadas à função.

§ 1º A designação para a Função Privativa Transitória se dará por indicação da autoridade máxima do órgão de alocação do funcionário objeto da designação.

§ 2º A Função Privativa Transitória é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais e/ou fiscalizatórias das estruturas organizacionais formais, associada a metas e outros resultados especificados em regulamento próprio.

§ 3º A escolha de ocupantes da Função Privativa Transitória deverá recair em funcionário que possua os requisitos relativos à habilitação profissional e legal correspondente, indicada para cada caso.

§ 4º O ato de provimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser na forma de designação da autoridade máxima do órgão, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função, denominação da função e a descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

§ 5º Não poderão ser designados ocupantes para Função Privativa Transitória em período retroativo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 6º Não poderá ser paga a Função Privativa Transitória em virtude de afastamentos que comprometam o cumprimento das metas e obrigações previstas no regulamento.

Art. 7º O servidor designado para exercer a Função Privativa Transitória deverá cumprir as exigências necessárias para a continuidade de seu percebimento.

Art. 8º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as condições deste capítulo, por iniciativa da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Capítulo III

Da remuneração da Função Privativa Transitória



Art. 9º A remuneração da Função Privativa Transitória será de parcela única, denominada Valor da Função - VFC, na forma do Anexo Único desta Lei.

§ 1º A retribuição pecuniária pelo efetivo exercício da função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente, denomina-se VENCIMENTO DA FUNÇÃO.

§ 2º A alteração do Valor da Função somente poderá ser efetivada por iniciativa legislativa própria e oriunda do Poder Executivo.

Art. 10. A percepção do vencimento da função é compatível com a remuneração de carreira e às vantagens acessórias permanentes e vantagens laborativas do serviço público, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício da função no serviço, assegurada constitucionalmente na forma de férias e décimo terceiro salário.

§ 2º Cálculo das vantagens acessórias permanentes, ao funcionário efetivo que exerça a Função Privativa Transitória, incluirá o Valor da Função - VFC.

§ 3º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, são elas:

- a) serviço extraordinário ou de plantão;
- b) adicional noturno;
- c) auxílio ou vale transporte;
- d) auxílio ou vale alimentação;
- e) diárias;
- f) ajuda de custo;
- g) auxílio funeral;
- h) salário família;
- i) sobreaviso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 4º O cálculo das vantagens acessórias a que se refere o parágrafo anterior, ao funcionário efetivo que exerça a Função Privativa Transitória, será feito somente sobre a remuneração da carreira.

Art. 11. Não incidirá contribuição previdenciária sobre a Função Privativa Transitória.

Art. 12. A Função Privativa Transitória não servirá de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens que não as previstas de 13º e férias.

Art. 13. A Função Privativa Transitória não se incorpora aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Art. 14. A Função Privativa Transitória é inacumulável com cargo de provimento em comissão, gratificações ou funções gratificadas, para qualquer carreira do Poder Executivo Estadual.

Art. 15. A Função Privativa Transitória não será devida nos afastamentos que não sejam considerados de efetivo exercício.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 16. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei e as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da SEIL, ouvidas previamente as Secretarias da Administração e Previdência - SEAP, Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e Fazenda - SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2012, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

Art. 18. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 19. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 20 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

José Richa Filho

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Jorge Sebastião de Bem

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Loriane Leislí Azeredo

Diretora Geral da CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei Complementar 161 - 03 de Outubro de 2013

Publicado no Diário Oficial nº. 9057 de 3 de Outubro de 2013

Súmula: Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os cargos de provimento em comissão de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, e o cargo de que trata o inciso III do art. 6º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, relativos às atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE, ficam transformados nas funções específicas abaixo, que passam a ser remuneradas de forma reduzida, nos termos desta Lei:

~~I - Corregedor-Geral-da-Procuradoria-Geral-do-Estado;~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

~~II - Subprocurador-Geral-para-Assuntos-Institucionais;~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

~~III - Subprocurador-Geral-para-Assuntos-Jurídicos;~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

IV - Procuradores-Chefe perante os Tribunais Superiores;

V - Procuradores-Chefe de Procuradoria Especializada;

VI - Procuradores-Chefe de Coordenadoria;

VII - Procuradores-Chefe de Procuradoria Regional;

VIII - Procuradores-Chefe de Núcleo Jurídico da Administração;

IX - Procuradores-Assessor do Gabinete do Procurador-Geral;

X - Procurador-Tesoureiro do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado;

~~XI - Procuradores-Conselheiros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná;~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

§ 1º. Os ocupantes das funções serão designados pelo Procurador-Geral do Estado, observada a estrutura organizacional da PGE.

~~§ 2º. A função de Corregedor-Geral da PGE será exercida por Procurador do Estado ocupante de uma das duas classes mais elevadas da carreira, com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na carreira, dentre os integrantes de lista triplíce a ser elaborada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



~~§ 3º. As atribuições das funções previstas nos incisos II e III deste artigo dar-se-ão por delegação do Procurador-Geral do Estado, mediante ato específico.~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

Art. 2º. Fica instituída, conforme exigido pelo art. 135 da Constituição da República, a remuneração na forma de subsídio para os integrantes da carreira típica de Estado, de Procurador do Estado do Paraná, vedado o acréscimo de quaisquer outras verbas salvo as estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Estão compreendidas no regime de subsídio, e por ele extintas, as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I** - vencimento básico;
- II** - adicional por tempo de serviço anterior à Emenda Constitucional nº 19;
- III** - adicional por tempo de serviço;
- IV** - gratificação de representação;
- V** - gratificação de prêmio de produtividade;
- VI** - vantagem pessoal;
- VII** - gratificação fixa de cargo de provimento em comissão;
- VIII** - gratificação prevista no Decreto nº 3.105, de 6 de maio de 1997;
- IX** - representação de gabinete DAS;
- X** - gratificação de representação tipo II;
- XI** - gratificação prevista na Lei nº 7.074, de 2 de janeiro de 1979;
- XII** - diferença de vencimentos Ministério Público-Tribunal de Contas;
- XIII** - diferença de remuneração da Lei nº 14.554, de 6 de dezembro de 2004;
- XIV** - função gratificada incorporada a proventos de aposentadoria e pensões.

Art. 3º O subsídio instituído por esta Lei não exclui o direito à percepção das seguintes verbas:

- I** - décimo terceiro salário, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual;
- II** - férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual;
- III** - diárias, na forma da legislação em vigor;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - retribuição pelo exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei, bem como pelo exercício de funções de Direção, Chefia e assessoramento em outros órgãos da Administração Pública;

V - ajuda de custo por remoção, de ofício ou a pedido, na forma da legislação em vigor;

VI - substituições, nos casos de afastamentos legais dos titulares das funções;

VII - abono permanência;

~~**VIII** - indenização pela utilização de veículo particular no exercício de cargo público;~~
(Revogado pela Lei Complementar 181 de 15/12/2014)

IX - diferença de subsídio, na forma do art. 10 desta Lei;

X - ajuda de custo pelo exercício permanente das funções fora dos limites do Estado do Paraná;

~~**XI** - demais verbas de caráter indenizatório;~~
(Revogado pela Lei Complementar 181 de 15/12/2014)

§ 1º. A verba prevista no inciso IV deste artigo será paga nos seguintes percentuais:

a) sete e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções de Corregedor-Geral e Subprocuradores-Gerais;
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

b) sete por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções previstas nos incisos IV a X do art. 1º desta Lei.

~~**§ 2º.** A verba prevista no inciso XI do art. 1º desta Lei será de três e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado;~~
(Revogado pela Lei Complementar 173 de 03/07/2014)

§ 3º. As verbas previstas neste artigo ainda não regulamentadas serão objeto de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. O subsídio devido ao Procurador-Geral do Estado do Paraná, quando integrante da carreira de Procurador do Estado do Paraná, equivale ao maior subsídio da carreira, acrescido de retribuição de direção superior equivalente a oito por cento do respectivo subsídio.

Parágrafo único. O Diretor-Geral e o Chefe de Gabinete da PGE, quando integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, receberão a verba prevista no § 1º, alínea "a", do art. 3º desta Lei.

Art. 5º. Fica extinto o pagamento de prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, passando o art. 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem por finalidade suprir de forma suplementar a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

para cumprir a sua política institucional, e, em especial, fomentar a arrecadação da dívida ativa, a capacitação de Procuradores do Estado e demais servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado, promover ressarcimentos e indenizações, com as seguintes despesas:

I - de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens, despesas com locomoção, entre outras;

II - de capital, tais como investimento em obras públicas, equipamentos e instalações, material permanente, inversões financeiras, entre outras.

Parágrafo único. O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado poderá aplicar em despesas de custeio até setenta por cento dos recursos arrecadados."

Art. 6º. O art. 8º da Lei nº 14.234, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal, e o Tesoureiro o ordenador das despesas."

Art. 7º. Os valores dos subsídios dos integrantes da carreira de Procurador do Estado são aqueles previstos nas Tabelas I, II e III do Anexo desta Lei, respectivamente para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Parágrafo único. As Tabelas II e III serão implantadas no dia 1º de maio do respectivo ano.

Art. 8º. Até que sejam implantados os valores do subsídio referentes a 2015, o subsídio do Procurador do Estado será estruturado em seis referências para cada classe conforme Tabelas I e II do Anexo desta Lei.

§ 1º. O Procurador do Estado fará jus ao subsídio correspondente à sua classe e referência, obedecendo a seguinte regra:

I - na referência "A", os Procuradores do Estado com menos de cinco anos de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná;

II - cada referência seguinte corresponde a cinco anos de serviço público prestado ao Estado do Paraná, limitados à referência "F".

§ 2º. O enquadramento dos Procuradores do Estado ativos será realizado pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da PGE.

§ 3º. O enquadramento dos Procuradores do Estado inativos e pensionistas será realizado pelo Parana Previdência, por intermédio de suas unidades administrativas competentes, respeitadas as respectivas regras de aposentação, inclusive quanto à proporcionalidade, na fixação de proventos ou pensões.

Art. 9º. Somente a partir do exercício de 2016 o subsídio dos Procuradores do Estado será objeto de revisão geral anual concedida aos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A recomposição dos valores dos subsídios e das verbas previstas nos §§ 1º e 2º do art. 3º e do art. 4º e seu parágrafo único desta Lei dar-se-á por meio de lei ordinária, observado como parâmetro o teto remuneratório previsto na Constituição da República.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 10. É assegurado aos Procuradores do Estado o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e as verbas remuneratórias devidas aos mesmos no mês de agosto do corrente ano, excluídos cargos em comissão e cotas que não são pagas indistintamente a todos.

§ 1º. A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida com a revisão dos valores dos subsídios.

§ 2º. A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou à revisão geral anual.

Art. 11. As alterações decorrentes desta Lei são condicionadas ao atendimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a realizar as movimentações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias em razão da aplicação desta Lei.

Art. 13. Ficam revogadas a Lei Complementar nº 51, de 18 de janeiro de 1990, o art. 52 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985 e o inciso XVI do art. 3º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jozélia Nogueira
Procuradora-Geral do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

**Decreto 1198 - 30 de Abril de 2015**

Publicado no Diário Oficial nº. 9442 de 30 de Abril de 2015

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2015, valores do piso salarial no Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual e tendo em vista a Lei nº 18.059, de 1º de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1.º Fica reajustado o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo I do presente Decreto, com fundamento no Art. 2.º da Lei nº 18.059, de 1º de maio de 2014, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2015, que passa a vigorar com os seguintes valores:

I - GRUPO I – R\$ 1.032,02 (um mil e trinta e dois reais e dois centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - GRUPO II – R\$ 1.070,33 (um mil e setenta reais e trinta e três centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - GRUPO III – R\$ 1.111,04 (um mil cento e onze reais e quatro centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - GRUPO IV – R\$ 1.192,45 (um mil cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

Art. 2.º Este Decreto não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos servidores públicos.

Art. 3.º Os pisos fixados neste Decreto não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 30 de abril de 2015, 194ª da Independência e 127ª da República.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

EDUARDO FRANCISCO SCIARRA
Chefe da Casa Civil

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

Dinorah Botto Portugal Nogueira
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

 **anexo140176_34664.pdf**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Lei 18059 - 01 de Maio de 2014

Publicado no Diário Oficial nº 9197 de 2 de Maio de 2014

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2014, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo I da presente Lei, com fundamento no inciso V do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2014, será de:

I - GRUPO I - R\$ 948,20 (novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - GRUPO II - R\$ 983,40 (novecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - GRUPO III - R\$ 1.020,80 (mil e vinte reais e oitenta centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - GRUPO IV - R\$ 1.095,60 (mil e noventa e cinco reais e sessenta centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1º de maio.

Art. 2º Ficam estabelecidas as diretrizes para a Política Estadual de valorização do salário mínimo regional para o ano de 2015:

I - O reajuste para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo regional será composto pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE somado ao índice apresentado do Produto Interno Bruto - PIB Nacional;

II - A variação do INPC e do PIB a que se refere o inciso anterior será o valor acumulado de doze meses até a data do próximo reajuste;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - Para composição dos índices a que se refere o inciso I deste artigo será considerado o índice nacional.

Art. 3º A política de valorização dos pisos salariais a serem fixados a partir do ano de 2016, será objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, e acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º A Comissão Tripartite para negociação da valorização dos pisos salariais a que se refere este artigo deverá ser constituída no segundo semestre do ano de 2015.

§ 2º A Comissão referida no parágrafo anterior será nomeada através de Resolução pelo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS.

Art. 4º Compete ao Conselho Estadual do Trabalho - CET o monitoramento e avaliação da política estadual de valorização do Piso Salarial Mínimo Regional.

Art. 5º Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos Servidores Públicos.

Art. 6º Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 17.135, de 1º de maio de 2012.

Palácio do Governo, em 01 de maio de 2014.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Amim José Hannouche
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 JUN. 2015

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 8 de junho de 2015
OF CEE/G 122/15

Senhor Presidente,

Com a costumeira satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, encaminho, em anexo, Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 421/2015, que altera a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos que especifica, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Certo de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência para o assunto, antecipo-lhe meus melhores agradecimentos.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(TWF)/JC

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 09/06/2015

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 421/2015

Nos termos da Constituição Estadual, apresenta-se substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 421/2015:

Altera a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos que especifica, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1º Estabelece que, para o ano de 2015, a revisão geral a que se refere a Lei nº 15.512, de 31 de maio de 2007, será realizada em parcela única, no mês de outubro de 2015, com o índice de 3,45% (três vírgula quarenta e cinco por cento), equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de maio de 2014 e dezembro de 2014.

Art. 2º Estabelece o dia 1º de janeiro do ano de 2016 para a antecipação da revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Para o ano de 2016, a revisão geral a que se refere o caput deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de janeiro de 2015 e dezembro de 2015.

Art. 3º Estabelece o dia 1º de janeiro do ano de 2017 e o dia 1º de maio de 2017, para a revisão geral anual da referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico ou de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 1º - Para o reajuste de 1º de janeiro de 2017, a revisão geral a que se refere o caput deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de janeiro de 2016 e dezembro de 2016.

§ 2º – Fica, ainda, estipulado o percentual de 1% (um por cento) de adicional de data-base relativo à compensação dos meses não pagos do ano de 2015.

§ 3º - Para a data-base de 1º de maio de 2017, a revisão geral a que se refere o caput deste artigo será implantada pelo Poder Executivo, em percentual equivalente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado entre os meses de janeiro de 2017 a abril de 2017.

Art. 4º Os índices de revisão referidos nos artigos 2º e 3º desta Lei aplicam-se:

- I - aos servidores ativos integrantes das carreiras estatutárias Cíveis e Militar;
- II - à Carreira Técnica de Extensão Rural – EMATER;
- III - aos Contratos de Regime Especial – CRES;
- IV - aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho;
- V - aos servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho;
- VI - ao vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão;
- VII - às Funções de Gestão Pública, reguladas pela Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013;
- VIII - às Funções Acadêmicas e Cargos em Comissão de Direção Acadêmica, reguladas pela Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009;
- IX - à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.075, de 23 de janeiro de 2012;
- X - à Função Comissionada de Confiança – FCC, regulada pela Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011;
- XI - à Função Privativa Policial – FPP, regulada pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012;
- XII - à Função Comissionada de Confiança do IAPAR – FCCI, regulada pelo art. 43 da Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014;
- XIII - às quotas constantes do Anexo II da Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010;
- XIV - à gratificação pelo exercício de Encargos Especiais, regulada pelo Decreto nº 3.828, de 19 de novembro de 2008, e alterações;
- XV - à função comissionada de confiança e demais gratificações previstas na Lei nº 18.467, de 27 de abril de 2015;
- XVI - ao auxílio transporte regulado pelo art. 24, da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008; e
- XVII - às gratificações previstas;

- a) nos incisos I, II, IV, V e VI do art. 18 da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002;
- b) nos incisos I e II do art. 13 da Lei nº 17.026, de 2011;
- c) na Lei nº 17.358, de 27 de novembro de 2012;
- d) no inciso IV e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 11.713, de 7 de maio de 1997;
- e) na Lei nº 17.430, de 20 de dezembro de 2012.
- f) no art. 37 da Lei nº 18.005, de 2014; e
- g) no inciso IV do art. 4º da Lei nº 18.136, de 03 de julho de 2014.

Art. 5º Concede parcela complementar de vencimento aos servidores efetivos, aos contratados pelo regime especial – CRES, aos servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de quarenta horas semanais, que percebam valor inferior ao estabelecido como Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná - Grupo Ocupacional I.

§ 1º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no caput deste artigo, será igual a diferença entre o valor do vencimento básico do servidor e o valor estabelecido para o Grupo Ocupacional I do Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

§ 2º O valor da parcela complementar de vencimento prevista no caput não servirá de base para cálculos de vantagens vinculadas ao vencimento base, não integrará a base de cálculo da remuneração para fins de concessão de auxílio-transporte e auxílio-alimentação e não comporá base contributiva para a inatividade.

Art. 6º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 7º Os índices referidos nesta Lei não se aplicam às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Entes de Cooperação Econômica, e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 8º - Aplica-se a carreira dos procuradores de estado o reajuste equivalente ao IPCA apurado entre os meses de maio a dezembro de 2015, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Art. 9º. A parcela complementar de vencimento prevista no art. 5º desta Lei será implantada em parcela única na folha de pagamento do mês de junho, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de maio de 2015.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PARECER AO PROJETO DE LEI 421/2015.

Projeto de Lei nº 421/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem 026/2015.

Altera, na forma que especifica a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos que especifica, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: REAJUSTE CONSTITUCIONAL. ART. 27, X DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS NO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 61 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. SUBSTITUTIVO GERAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em epígrafe modificado pelo Substitutivo Geral de autoria do Poder Executivo visa alterar a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos que especifica, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Civis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa dos projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. *A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

Parágrafo único. *Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com relação ao regime jurídico dos servidores do Poder Executivo, bem como reajuste de suas remunerações, cumpre destacar a competência do Governador do Estado para legislar sobre tal matéria, senão vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...);



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

O que se pretende com o projeto em comento é a aplicação do art. 27, X da Constituição Estadual, sendo:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...);

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Ainda, é de se destacar que o projeto de lei em comento por se tratar de pretensão cujo escopo seja o reajuste, não há de se falar em violação da Lei Complementar nº 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete no aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro causado e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Vislumbra-se, portanto que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de Lei.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

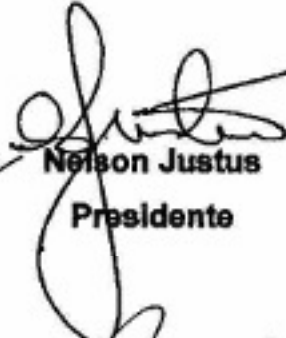



quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.







CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei sob nº 421/2015, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, 09 de Junho de 2015.


Nelson Justus
Presidente


Dep. Luiz Cláudio Romanelli
Relator







APROVADO

09.06.15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 421/15

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 026/15, objetiva alterar, na forma que especifica, a data base para a revisão geral e estabelece, para os anos de 2015 e 2016, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídios das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Ocorre que o Senhor Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, encaminhou a esta Casa de Leis em data de 08 de junho de 2015, o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 421/2015, que altera a data base para a revisão geral anual e estabelece, para os anos que especifica, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias Civis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Luiz Claudio Romanelli e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável ao Substitutivo Geral de autoria do Poder Executivo, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual. Já o art. 66, do mesmo Diploma Legal, assegura a iniciativa privativa ao Governador do Estado de matérias dessa natureza.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças

De igual modo, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).


CONCLUSÃO


Isto posto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** na forma do Substitutivo Geral apresentado pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 421/15.


É o parecer.

Sala das Comissões, 09/06/15


SCARAVACA


DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE


DEPUTADO PAULO LITRO
RELATOR


Dep. TIÃO


Dep. Luíza

Dep. Fontes